



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

EDILENE BARBOSA SANTOS

**DO QUILOMBO AO ENSINO SUPERIOR: AS EXPERIÊNCIAS DE
UNIVERSITÁRIOS/AS PERTENCENTES À COMUNIDADE
REMANESCENTE QUILOMBOLA “OS RUFINOS” DE POMBAL-PB**

Cajazeiras -PB
2023

EDILENE BARBOSA SANTOS

**DO QUILOMBO AO ENSINO SUPERIOR: AS EXPERIÊNCIAS DE
UNIVERSITÁRIOS/AS PERTENCENTES À COMUNIDADE
REMANESCENTE QUILOMBOLA “OS RUFINOS” DE POMBAL-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Guidotti Machado

Cajazeiras -PB
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

S237d	<p>Santos, Edilene Barbosa.</p> <p>Do Quilombo ao Ensino Superior: as experiências de universitários/ as pertencentes à comunidade remanescente quilombola “Os Rufinos” de Pombal- PB / Edilene Barbosa Santos. - Cajazeiras, 2023.</p> <p>70f.</p> <p>Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Viviane Guidotti Machado.</p> <p>Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1. Ensino superior. 2. Universidade. 3. Quilombo. 4. Identidade Quilombola. 5. Descendentes quilombolas. I. Machado, Viviane Guidotti.</p> <p>II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU - 331- 053.2(813.3)

**DO QUILOMBO AO ENSINO SUPERIOR: AS EXPERIÊNCIAS DE
UNIVERSITÁRIOS/AS PERTENCENTES À COMUNIDADE
REMANESCENTE QUILOMBOLA “OS RUFINOS” DE POMBAL-PB**

Aprovado em: 14/02/2023

BANCA EXAMINADORA



Orientador(a) - Professora Dra. Viviane Guidotti Machado



Examinador 1 - Professor Dr. José Amiraldo Alves da Silva



Examinador 2 - Professora Ma. Rozilene Lopes de Sousa

Examinadora suplente — Professora Dra. Edinaura Almeida de Araújo UFCG/UAE

Dedico com muito amor esse trabalho aos meus pais, Damião e Eva, cujo cuidado e dedicação conduzem a minha trajetória. Muito obrigada, amo vocês!

Aos meus avós paternos (*In memoriam*) Francisca Maria e Francisco Amâncio e meus avós maternos (*In memoriam*), Francisco e Maria do Socorro, com amor e saudade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me fez esperar, revelando que a vida é muito simples, mas, que a esperança não é algo que se espera, dando-me sabedoria e fé para enfrentar as dificuldades ao longo do caminho, e ainda, faz de mim uma pessoa melhor que serve para alguma coisa boa.

Aos meus pais, Eva e Damião, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos, por acreditar e ajudar na concretização do meu sonho, e sobretudo, pela inspiração de serem seres humanos de luz, vocês são a minha base!

Aos meus irmãos, Edvania e João Pedro, que me ensinam a ser o melhor de mim, tenho muito orgulho e amor por vocês! A meu cunhado, Junior, pessoa incrível que me ajudou em todos os momentos de angústia, pela amizade construída ao longo dos ‘perrengues’, minha gratidão!

A minha prima/irmã, Jessika, a sua amizade é a melhor que existe, por estar sempre presente em minha trajetória de vida, e ainda, partilhando de minhas angústias e estresses diários. Que alegria tê-la em minha vida.

Ao Alê, Alexandre Magno, que tive a sorte de conhecer nessa árdua trajetória acadêmica, e que desde então se faz presente na minha vida. Acredito que simplesmente as coisas aconteceram, obrigada por tudo!

A minha Tia/Mãe querida, Maria José e seu companheiro de vida José da Penha, com a sua filha Maria Luiza, por todo apoio e incentivo, tenho muita gratidão e respeito por me ajudarem a realizar esse sonho.

Aos meus companheiros de luta que transformam o barro em arte, Izabel, Manoel, Luzia, Eva, Ana Maria, Ila Raquel, José Nilson e Josefa Edith (*In memoriam*), a vocês sou grata por todos os momentos vivenciados no grupo de artesanato do Quilombo dos Rufinos.

A minha família, meus tios, tias, primos e primas, padrinho e madrinhas, com quem aprendo a ser melhor cada dia de minha existência. Em especial, meus primos queridos, Rosecleia, Elyson e Jamile, não há palavras para descrever o quanto vocês foram importantes na minha vida e na minha trajetória acadêmica, muito obrigada!

Aos meus amigos, Junior, Rafael e Maria Eduarda, a vocês sou grata por entender a minha ausência. E ainda, por compartilharem dos momentos de angústias e de felicidade naquela viagem de Pombal a Cajazeiras. Aos motoristas e aos universitários de Pombal, obrigada por tornar a viagem mais rápida, animada, e em segurança, apesar da distância.

As minhas companheiras de luta, por ter compartilhado desta difícil jornada, Karina e Karla – pessoas queridas e inesquecíveis, obrigada pelo carinho, pelo apoio, pela confiança,

pela escuta, em especial, pela amizade, e tantas outras coisas para agradecer. Minhas pedagogas de Pombal, foram fundamentais nessa inesquecível experiência de vida.

A minha gratidão aos meus colegas de turma do curso de Pedagogia 2017. 2, por tudo que vivemos nos últimos anos. Myllyeny, Jucy, Janiely, Larissa, Mariana e Cida, a vocês sou grata por tudo que vivenciei nessa caminhada, pessoas incríveis que tive a sorte de conhecer no curso e trazer para a minha vida.

A minha querida orientadora Professora Viviane Guidotti Machado. A você Vivi, toda a minha gratidão! A sua disponibilidade e dedicação é uma atitude inspiradora. Não esquecerei jamais das suas contribuições e ensinamentos, e sobretudo, pelo exemplo de educadora.

Aos professores da Unidade Acadêmica de Educação, campus Cajazeiras/ PB, que compartilharam seus saberes e experiências – profissionais e pessoais – contribuíram de forma singular com o meu percurso acadêmico. Em especial, aqueles que aceitaram o convite de participar da banca examinadora desta pesquisa, o Professor José Amiraldo Alves da Silva, a Professora Rozilene Lopes de Sousa e a Professora Dra. Edinaura Almeida de Araújo, por contribuir com a minha formação enquanto profissional da Educação, muito obrigada!

Aos universitários negros/quilombolas que colaboraram com a pesquisa, pela acolhida e disponibilidade de partilhar a sua trajetória de vida e acadêmica, minha gratidão! Ao Reforço “J. Assis” que me abraçou enquanto educadora, e contribuiu para o entendimento de que ensinar inexistente sem aprender. Muito obrigada pela experiência!

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ajudou-me a vivenciar o chão da sala de aula, ainda, na graduação, através do Programa institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Ao Programa de Bolsa Permanência (PBP), na qual tive a oportunidade de ser bolsista e experienciar um pouco das políticas de ações afirmativas para a permanência de estudantes quilombolas.

Enfim, as pessoas que me apoiaram nessa jornada do conhecimento, saibam que sou extremamente grata! E, por último, aos meus ancestrais, orgulho de ser negra/quilombola! Resistir para existir.

“O que os livros escondem, as palavras ditas libertam. E não há quem ponha um ponto final na história” (EVARISTO, 2017)

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática dos Quilombolas no Ensino Superior, na perspectiva de perceber o quanto se faz necessário algumas interrogações para romper com o silenciamento e apagamento da população negra/quilombola na universidade. Dessa forma, objetivou compreender a trajetória acadêmica dos universitários/as pertencentes à Comunidade Remanescente Quilombola “Os Rufinos” de Pombal-PB. Diante disso, possibilita analisar a realidade existente sobre os corpos negros/as quilombolas na Universidade, e concomitantemente, o aquilombamento enquanto sujeitos/as de direitos. Nessa pesquisa buscamos responder a seguinte questão problematizadora: Qual foi o percurso acadêmico na graduação de universitários/as da Comunidade Remanescente Quilombola “Os Rufinos” de Pombal-PB para inserção na universidade? Reafirmamos a hipótese de que o Quilombo é um lugar de resistência, e, portanto, as narrativas quilombolas no Ensino Superior possibilita compreender e romper com o silenciamento desse coletivo marginalizado nesse espaço de produção do conhecimento. O percurso metodológico da pesquisa dispõe de um estudo de campo exploratório na Comunidade Quilombola Remanescente “Os Rufinos”, com base em uma pesquisa qualitativa na História Oral. Como aportes teóricos foram estudados os seguintes autores: Moura (2020); Gomes (2005; 2017); Cunha Junior (2012) Meihy e Holanda (2017); entre outros. Como instrumento de coleta de dados foi aplicado a entrevista semiestruturada com ênfase nas narrativas quilombolas. Assim, constitui-se a assunção identitária quilombola e o diálogo sobre as políticas afirmativas para o corpo negro/quilombola na Universidade. A análise de conteúdo, foi realizada a partir dos fundamentos de categorização de Meihy e Holanda (2017). Nessa investigação, como resultado das análises, conclui-se que a universidade precisa dialogar com os discentes negros/quilombolas, a fim de compreender mais sobre o processo de resistência deste povo, e assim repensar suas práticas administrativas e pedagógicas para a promoção da equidade. Portanto, percebe-se a relevância desse estudo para refletir o lugar dos corpos negros/quilombolas no Ensino Superior.

Palavras-chave: Ensino Superior. Universidade. Quilombo. Identidade Quilombola.

ABSTRACT

This research addresses the theme of Quilombolas in Higher Education, with a view to realizing how much some questions are needed to break with the silencing and erasure of the black/quilombola population at the university. In this way, it aimed to understand the academic trajectory of university students belonging to the Quilombola Remnant Community “Os Rufinos” in Pombal-PB. Given this, it makes it possible to analyze the existing reality about black bodies/quilombolas at the University, and concomitantly, the quilombamento as subjects of rights. In this research, we seek to answer the following problematizing question: What was the academic path in the graduation of university students from the Quilombola Remnant Community “Os Rufinos” of Pombal-PB for insertion in the university? We reaffirm the hypothesis that the Quilombo is a place of resistance, and therefore, the quilombola narratives in Higher Education make it possible to understand and break with the silencing of this marginalized collective in this space of knowledge production. The methodological route of the research has an exploratory field study in the Quilombola Remnant Community “Os Rufinos”, based on a qualitative research in Oral History. As theoretical contributions, the following authors were studied: Moura (2020); Gomes (2005; 2017); Cunha Junior (2012) Meihy and Holanda (2017); between others. As a data collection instrument, a semi-structured interview was applied with an emphasis on quilombola narratives. Thus, the quilombola identity assumption and the dialogue about affirmative policies for the black/quilombola body at the University are constituted. Content analysis was carried out based on the categorization fundamentals of Meihy and Holanda (2017). In this investigation, as a result of the analyses, it is concluded that the university needs to dialogue with black/quilombola students, in order to understand more about the resistance process of this people, and thus rethink their administrative and pedagogical practices for the promotion of equity. Therefore, one can see the relevance of this study to reflect the place of black/quilombola bodies in Higher Education.

Keywords: Higher Education. University. Quilombo. Quilombola Identity

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFP - Centro de Formação de Professores

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CP - Conselho Pleno

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FCP - Fundação Cultural Palmares

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IES - Instituições de Ensino Superior

MEC - Ministério da Educação

PAEG - Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação

PIBID - Bolsas de Iniciação à Docência

PBP - Programa Bolsa Permanência

PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

SEPPER - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SISU - Sistema de Seleção Unificada

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 MEMORIAL ACADÊMICO: ORIGEM DO OBJETO DE ESTUDO.....	13
1.2 A PESQUISA	15
2 ENTRE O QUILOMBO E A UNIVERSIDADE: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA ACADÊMICA.....	18
2.1 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS SOBRE OS QUILOMBOS.....	18
2.1.1 A relevância de Palmares para o quilombamento	20
2.1.2 O Reconhecimento das Comunidades de Remanescentes de Quilombos	21
2.2 MOVIMENTO NEGRO E A CORPOREIDADE NEGRA.....	23
2.3 AQUILOMBAR-SE: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA	27
2.4 QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR	33
2.5 AÇÕES AFIRMATIVAS.....	36
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	40
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	40
3.1.1 A pesquisa qualitativa e a História Oral como Método de Abordagem	42
3.2 LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA.....	43
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA	44
3.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	45
4 ANÁLISES DOS DADOS	47
4.1 CONTEXTUALIZANDO O QUILOMBO DOS RUFINOS	47
4.2 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA	48
4.3 O PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO E AS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO ACADÊMICO	49
4.4 A TRAJETÓRIA NA GRADUAÇÃO: O ACESSO DOS/AS ESTUDANTES	53
4.4.1 Os desafios de ser negro/quilombola no Ensino Superior	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICES	66

1 INTRODUÇÃO

1.1 MEMORIAL ACADÊMICO: ORIGEM DO OBJETO DE ESTUDO

Este texto tem a finalidade de apresentar um pouco da minha trajetória acadêmica, que se entrelaça com meus caminhos e trajetórias de vida. Venho de uma família humilde, mas, que sempre priorizou a Educação. A Educação sempre foi uma questão importante para os meus pais, apesar das poucas condições financeiras e do pouco estudo, posso dizer o quanto o incentivo deles para mim e meus irmãos é inspirador!

Trazendo o exemplo de vida dos meus pais, relatam como estudar na época deles era difícil, aprender a ler e escrever não era algo fácil, pois o primeiro dever era ajudar em casa, a sua família. Como o sustento da família advinha do artesanato e da agricultura, tornava-se impossível deixar os afazeres para ir estudar, somente após terminar a lida que poderiam ir aprender “as letras”. Assim, como lição de vida nos ensinaram que o saber é o bem mais valioso que eles deixariam como herança para os filhos, e a nós o dever de zelar pela nossa Educação.

As minhas primeiras experiências de leitura do mundo, eu posso afirmar que foi através das aulinhas da tarde com a minha irmã, uma professora extraordinária que tinha somente duas alunas, porém, na brincadeira, me recordo até hoje de como não perdia um dia de aula, com ela aprendi as primeiras letras, e principalmente escrever meu nome. E eu sempre achava aquilo brilhante, aprender e ensinar.

Em 2006, iniciei meus estudos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Severino Macena Dantas, um lugar pequeno, mas, muito aconchegante. O ensino era multisseriado, sendo as aulas pela manhã com “Tia” Daguia. Ela foi minha professora do 1º ano até o 5º ano do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, era difícil não ter aula, pois, mesmo no período de inverno, nos dias chuvosos estava sempre ali para nos receber de braços abertos com muito carinho. Quando passei a estudar na cidade, em 2011, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Decisão, tive algumas dificuldades com relação a transporte, a gente tinha que ir de carro até o ponto de ônibus, levava 1h e 15 minutos, dessa forma, não era possível estudar de manhã, somente a tarde e nisso, acontecia de chegar em casa de noite.

Com o ingresso no Ensino Médio, em 2015, na Escola Estadual de Ensino Médio Monsenhor Vicente Freitas, tive que residir na casa de minha tia, devido a escola ser em tempo integral – manhã e tarde. Porém, em 2016, disponibilizaram um ônibus em parceria da prefeitura com o Estado, com isso, meus pais me transferiram para Escola Estadual de Ensino

Fundamental e Médio Arruda Câmara, assim, conclui meus estudos nessa instituição. Nesse mesmo ano, realizei a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no entanto, não tive aprovação no período 2017.1, foi um choque para mim, porém, eu queria ingressar no Ensino Superior, eu já tinha tomado a decisão que queria ser uma profissional da Educação, então, realizei a inscrição novamente no ENEM e no Sistema de Seleção Unificada (SISU), a chamada 2017.2. A opção naquele momento era trabalhar, e foi desta maneira que o artesanato entrou na minha vida, conciliar estudo e trabalho não foi fácil. As coisas podem não serem fáceis, mas, Deus desenha a trajetória de cada pessoa de um jeito único e a minha não foi diferente, a perda de um amigo marcou a minha aprovação na Universidade (UFCG), um misto de alegria e tristeza. Naquele momento eu entendi que a vida era curta demais para não tentar o meu sonho.

Em 2017, ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação, do Centro de Formação de Professores (CFP), na UFCG, Campus de Cajazeiras/PB, através do SISU, utilizando a nota do último ENEM. Uma conquista com sabor de esperança, para mim, minha família e Comunidade. Mais uma universitária quilombola.

Considerando a minha trajetória acadêmica, posso dizer que não foi fácil, mas, com o apoio familiar, sem dúvida alguma, foi tudo aquilo que eu precisava no início do curso. A situação é que permanecer num curso em outra cidade tem seus gastos, como: transporte, alimentação, materiais de estudos e até mesmo a questão da moradia. E para uma família de baixa renda ter duas estudantes universitárias ficava muito difícil a situação financeira.

No entanto, realizei a inscrição no Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG) e no Programa do Bolsa Permanência (PBP), e nisto, consegui aprovação nas duas, porém, refletindo sobre a minha experiência para permanecer no curso, decidi que outra pessoa poderia ser beneficiada com essa ajuda da universidade, sendo assim, passei a ser bolsista pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) através do PBP, auxílio destinado a estudantes de graduação com pertencimento indígena ou quilombola. Reconhecendo essa lacuna no espaço acadêmico, provocou inquietações que ao longo de conversas com outros estudantes, e principalmente pertencentes da Comunidade pude direcionar meu objeto de pesquisa para a questão de acesso e permanência de jovens quilombolas na universidade, na perspectiva de fazer um recorte acerca da construção de resistência da população negra/quilombola nos espaços das Instituições de Ensino Superior (IES).

A intencionalidade dessa pesquisa visa contribuir nas discussões que permeia a história da família Rufino, em que se pretende discutir a relação Educação e Quilombo, uma abordagem do ser negro/a do quilombo “Os Rufinos” Pombal/PB nos espaços das IES e pensar nos desafios

de acesso e permanência presentes no processo educativo de pessoas autodeclaradas negras/quilombolas.

1.2 A PESQUISA

Vivemos um tempo em que as epistemologias necessitam dialogar com as múltiplas faces do social [...].
(MACEDO, 2013, p.17)

A presente pesquisa traz como tema: Quilombolas na Universidade. Nesse estudo acerca da trajetória dos universitários quilombolas, torna-se essencialmente o estudo da intercristica, uma interação entre a educação e o processo de resistência da comunidade quilombola. O que remete as palavras de Macedo (2013, p.17), quanto à intercristica: “é uma composição entre o desejar, pensar, fazer, viver, porque como condição de anúncio e afirmação de lugares que ocupamos no mundo, é também condição de anúncio e contestação dos lugares que roubam a legitimidade das nossas presenças no mundo”.

Com isso, a justificativa pela escolha do tema, tem como base a compreensão de que ao tematizar a experiência universitária de estudantes quilombolas compreendemos que sem dúvida alguma tem sido uma escrevivência¹ pelo fato da condição de universitários negros/quilombolas que percebem o quanto se faz necessário algumas interrogações para romper com o silenciamento e apagamento da população negra/quilombola na universidade.

Dessa forma, a nossa fala é importante, pois, representa a história do nosso povo, torna-se uma discussão urgente, necessária e significativa no enfrentamento dos desafios para o acesso ao direito de permanecer na universidade. É importante frisar que nossa pesquisa, portanto, colabora a respeito do estudo da história local, isto é, se consolida na dinâmica que :

[...] apresenta possibilidades de entendimento de peculiaridades locais que, de outra forma, não seriam vislumbradas, porém não se limita a elas, abrindo perspectivas variadas, por desencadear a necessidade de um entendimento prévio do objeto a estudar e por propiciar, a partir do próprio estudo, a ampliação de novos objetos e novas leituras da história. (MELO, 2015, p. 38).

Diante disso, temos a leitura da realidade local, que se constitui na esfera da discussão em questão como uma ação de consolidação do interesse do recorte étnico-racial da pesquisa, considerando a realidade de universitários negros/quilombolas. Assim, percebemos o quanto é

¹ Termo que se refere a “escrita de si”, elaborado pela poetisa de literatura afro-brasileira, Conceição Evaristo.

preciso o aprofundamento sobre as narrativas quilombolas, considerando a questão: Como é ser negro/a quilombola na universidade pensando os desafios e possibilidades.

É pensando nisso que nos permitimos estudar o ser negro/a quilombola na Educação Superior. Nesse sentido, enquanto graduandos/as de um curso pela UFCG, reafirmamos o nosso compromisso em defesa de uma Educação de qualidade que valoriza a diversidade. Por isso, a ousadia desta pesquisa reflete no nosso processo identitário de negros/quilombolas que pertencem a um coletivo marginalizado perante a inserção no Ensino Superior. De certa forma, a sistematização desse trabalho fortalece o processo de resistência quilombola e nos reeduca quanto o debate acerca das políticas afirmativas para a população negra/quilombola.

Tendo em vista as contribuições dessa investigação para a Educação e a luta quilombola, é notório a importância desta discussão para o enriquecimento de reflexões no campo da educação trazendo como público-alvo a população negra/quilombola. Assim, possibilita compreender a realidade existente sobre os nossos corpos negros quilombolas na universidade como pressuposto para o aquilombamento enquanto sujeitos/as de direitos.

Na perspectiva de fazer um recorte acerca da resistência da população negra/quilombola, tratando-se da Educação Superior. A intencionalidade dessa pesquisa visa contribuir nas discussões que permeiam a história da Comunidade Quilombola Os Rufinos em que se pretende discutir a relação entre Educação Superior e o Quilombo. Diante disso, o estudo traz à tona questões emergentes para a universidade através do acesso e permanência de universitários negros/quilombolas.

Posto isso, para a realização da pesquisa levantou-se a seguinte questão problema: Como se deu a trajetória acadêmica dos universitários negros/quilombolas, da Comunidade Remanescente Quilombola “Os Rufinos” de Pombal-PB.

Nesse sentido, o objetivo geral desta investigação foi: Compreender a trajetória acadêmica dos universitários negros/quilombolas, da Comunidade Remanescente Quilombola “Os Rufinos”, de Pombal-PB. E como objetivos específicos, temos as respectivas pretensões: Analisar como foi o ingresso dos universitários negros/quilombolas; Discutir se o processo identitário negro/quilombola influencia na etapa acadêmica; Entender os impasses do ingresso e permanência vivenciados pelos universitários/as quilombolas; Refletir como as políticas afirmativas contribuem para que os negros/quilombolas tenham o direito de permanecer na universidade.

Apresentado esse contexto de discussão, nosso trabalho está estruturado em quatro seções, as quais se organizam da seguinte forma:

Na primeira seção apresentamos sobre a **Introdução**, com a finalidade de expor de forma sucinta a origem do objeto de estudo, na expectativa de demonstrar a trajetória de vida e acadêmica, relacionando-a com o tema de pesquisa, e ainda, apresenta informações a respeito da construção da pesquisa, levando em consideração a justificativa do estudo, a problemática e os objetivos da pesquisa.

Na segunda seção abordamos os **Aspectos Sócio-históricos Relacionados aos Quilombos**. Buscamos entender a articulação do quilombamento em Palmares e as interpretações realizadas pelo reconhecimento das comunidades de remanescentes de quilombos, em seguida a percepção e representação do movimento negro para a luta quilombola e a questão da corporeidade negra. Ainda na discussão, apresentaremos algumas interpretações relacionadas ao processo identitário negro/quilombola, o quilombar-se. E Por fim, as inquietudes relacionadas ao contexto histórico e social dos quilombolas no ensino superior.

Na terceira seção contém o **Percorso Metodológico** da pesquisa, na qual apresenta o tipo de pesquisa que foi utilizada no estudo, compreendendo a importância de fazer pesquisa científica e os princípios que enaltece o método de abordagem da História Oral, em seguida a exposição do locus da pesquisa e os sujeitos, e ainda como se deu a análise dos dados por meio do relato de vida dos universitários negros/quilombolas, bem como os procedimentos éticos da pesquisa.

Na quarta seção discorremos sobre as **Análises dos Dados**, apresentando a trajetória acadêmica dos estudantes negros/quilombolas, a partir de suas falas durante a realização das entrevistas, em seguida, aprofundamos a discussão relacionando-a com o aporte teórico de autores que dialogam com a temática, considerando os relatos dos entrevistados que contribuem na pesquisa.

Na quinta e última seção, iremos as **Considerações Finais**, versar sobre as inquietações que resultaram em comentários a respeito das dificuldades e limitações que constam nas trajetórias de vida e acadêmica dos estudantes entrevistados. Por fim, tecemos a relevância do tema de pesquisa e a sua contribuição para as relações étnico-raciais e o campo da Educação.

2 ENTRE O QUILOMBO E A UNIVERSIDADE: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Esta seção do trabalho tem como objetivo apresentar o referencial teórico, estudado para a temática Quilombolas na universidade. Para isso, foram estudados os seguintes autores: Gomes (2005; 2017), Souza (2008), Almeida (2011) Munganga (2020), Moura (20020) entre outros. Serão apresentados alguns aspectos teóricos relativos ao processo de resistência da população negra/quilombola, discutindo-se o processo de marginalização que contribui para o processo de exclusão no âmbito universitário.

2.1 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS SOBRE OS QUILOMBOS

Ao tecer sobre a quilombagem no processo de escravismo é necessário o entendimento de que essa articulação era uma das formas de resistência para viver a tal da liberdade. Os quilombos afirmavam a luta contra o sistema de dominação que se justifica através da sua escravização. Desse modo, é interessante destacarmos que na história da sociedade brasileira os quilombos eram “[...] como um sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos” (MOURA, 2020, p. 21).

Então, o processo de escravismo era um regime que se fundamentava entre estas duas classes: senhores de escravos (opressores) e os escravos (oprimidos), sustentando o ideal de superioridade e inferioridade, uma realidade baseada na contradição, nessa visão aqueles que tinham a pele negra eram inferiores e, por isso, os negros tornavam-se suscetíveis a escravidão. A cor da pele representava uma condição para o tratamento de subalternização, uma estratégia de dominação² utilizada pelos senhores.

Nesse sentido, os quilombos tiveram uma importância singular no que se refere o processo de violência contra a população negra. O reconhecimento dessa resistência significa por assim dizer, um protesto a escravidão, “Dessa forma, se o quilombamento não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura” (MOURA, 2020, p. 25).

O fato é que, a existência do escravismo produzia revoltas que refletiam na organização desses quilombos, desse modo, “onde existia a escravidão, existia o negro quilombado”

² Moura (2020), afirma que esse processo se desenvolveu em decorrência do racismo.

(MOURA, 2020, p. 25), em busca da garantia de seus direitos, à liberdade e dignidade. Mas, convém lembrar que o corpo negro escravizado que fugiam para construir e viver a sua liberdade estavam em constante ameaça de voltar a escravização. Sendo assim, o quilombamento condiz com a reelaboração da luta para manter-se livre. Para tal, os quilombos deviam articular um sistema de proteção, visando uma organização interna para o seu funcionamento. Assim, tornava-se uma necessidade urgente daqueles que se tornavam quilombolas,

Neste sentido, Moura (2020, p. 57-58), afirma que os quilombos:

[...] durante todo o transcurso de sua existência, eles foram não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas, ao contrário, agiam em seu centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres. Essa perspectiva que os quilombos apresentavam ao conjunto da sociedade da época era um “perigo” e criava as premissas para a reflexão de grandes camadas da população oprimida.

Toda essa situação do escravismo negro produzia os conflitos sociais que influenciavam diretamente no sistema escravocrata. Como sabemos, aqueles que eram ditos marginalizados também fizeram parte dos quilombos, desse modo, não apenas os negros utilizam os quilombos como refúgio, mas, as pessoas que eram consideradas minorias no período colonial. Souza (2008, p. 41), aponta que “[...] os quilombos apresentam-se como espaços interétnicos, com destaque para a participação dos povos indígenas e até de brancos que se encontravam em situações de exclusão, como aqueles em situação de pobreza e os desertores”, assim sendo, é um fator importante nesse dinamismo que se constituía o quilombamento. Enquanto sujeitos quilombolas tinha a necessidade de sobrevivência.

De acordo com as contribuições de Cunha Junior³ (2012) é notório a importância revolucionária do quilombismo frente ao sistema escravocrata, considerando que esse movimento de resistência as injustiças sociais reivindicam o seu direito de serem pessoas livres, por isso, essa noção de liberdade estava sujeita a abolição da escravidão. Verifica-se então que

³ Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (1975), graduação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1979), mestrado em Dea de História - Université de Nancy- França (1981) e Doutorado Em Engenharia Elétrica pelo Instituto Politécnico de Lorraine (1983). Realizou Pós- doutoramento na Universidade Técnica de Berlin -1985. Foi pesquisador Sênior do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo -IPT (1988-1994). Pesquisa e leciona na área de Educação, com base na teoria da complexidade sistêmica e da transdisciplinaridade, ênfase em Bairros Negros e Territórios negros, História e Urbanismo Africano. Orienta doutoramentos e mestrados em Educação com temas de história e cultura africana, espaço urbano, bairros negros

“Os quilombos foram a realização de formas sociais e econômicas alternativas à sociedade do escravismo criminoso (CUNHA JUNIOR, 2012, p. 159). Portanto, existia um processo de organização diversificada de quilombo para quilombo, através da sua organização econômica, política e social. Desta percepção podemos compreender que sem dúvida alguma a função dos quilombos refere-se a prática da resistência relacionada a condição social ao qual foram submetidos no período colonial. Como assevera Moura (2020, p. 48) “O certo é que, onde quer que a escravidão tivesse se instalado, os quilombos eram uma constante”, nessa perspectiva a quilombagem atuou como protagonista da mudança social.

2.1.1 A relevância de Palmares para o aquilombamento

Como sabemos, as organizações quilombolas instituíram-se em diversos lugares, não apenas numa parte do mundo, mas, onde houvesse a condição de subalternização do corpo negro, o que impulsionava as lutas contra o sistema colonial.

No Brasil, o Quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espraiava nacionalmente, a sua negação também surgia como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade. [...] O fato é que, no Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. (MOURA, 2020, p. 24).

Verifica-se, então, que em resposta a essa postura adotada do trabalho escravo nas diversas regiões do Brasil, consolidou-se o aquilombamento. Dentro desse contexto de resistência no território brasileiro, ainda contamos com as mais variadas tipologias de quilombos nos estados que compõem o Brasil. Dessa forma, é interessante citarmos sobre o maior quilombo que existiu no Brasil como ato de rebeldia, denominado de Quilombo dos Palmares. Corroborando com essa ideia Nascimento (2002, p. 70, grifo nosso), afirma que:

[...] alguns africanos escravizados no Brasil romperam os grilhões que os acorrentavam e fugiram para o seio das florestas situadas onde estão hoje os Estados de Alagoas e Pernambuco. Inicialmente foram uns poucos, pequeno bando de fugitivos. **Porém o grupo cresceu pouco a pouco até se tornar uma comunidade de cerca de trinta mil rebeldes africanos, homens e mulheres.** Estabeleceram o primeiro governo de africanos livres na terra do Novo Mundo, indubitavelmente **um verdadeiro Estado africano – pela forma de sua organização socioeconômica e política – conhecido na história como a República dos Palmares.**

De acordo com a afirmação do autor, uma coisa é certa: Palmares atuou como protagonista no processo de resistência contra o sistema escravista no Brasil, e de maneira singular organizou-se eficientemente na luta incessante pela libertação. Adentrado a história de Palmares, a partir da perspectiva de uma república de homens livres⁴, “Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina, durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata” (MOURA, 2020, p. 59). Nessa perspectiva, a antropóloga Ilka Boaventura Leite descreve o quilombo dos Palmares como uma manifestação marcante da história dos quilombos existentes no Brasil, durante o período colonial, devido a sua forma de organização e constância para sobreviver as invasões. Acrescenta ainda, que a palavra quilombo tinha um significado de suma importância para aqueles que se tornavam libertos, então, o aquilombar-se⁵ significava um marco para viver a liberdade e resistir ao sistema escravista (LEITE, 2008).

2.1.2 O Reconhecimento das Comunidades de Remanescentes de Quilombos

Nessa narrativa da questão quilombola ao longo da história do Brasil, percebe-se a incorporação de “Elementos reflexivos para as formas atuais de resistência e existência dessas comunidades quilombolas, que a partir de uma dimensão histórica, cultural e identitária constroem o seu existir atual e ressignificam as suas lutas com base em estratégias contemporaneamente constituídas” (SOUZA, 2008, p. 45). Diante do exposto, é pertinente dizer que a luta continuou para os descendentes desses aquilombados. Nesse processo, ainda dialogando com Leite (2008, p. 968), temos a discussão sobre a rearticulação dos quilombos “como uma forma de denunciar a continuidade da ideologia de embranquecimento e a exclusão dos negros[...]”.

Nesse contexto, a pauta quilombola contemporânea articula dimensões necessárias para aprofundar a existência dos direitos de remanescentes de quilombos. Nesse sentido, é interessante abordar os marcos legais que deram voz ao reconhecimento da cidadania do povo negro quilombola. Na Constituição Federal Brasileira de 1988, no art. 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias⁶ apresenta, portanto, uma norma de conduta, de que o Estado

⁴ MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

⁵ Para Souto (2020, p.141) a condição do “aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo, ou seja, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra -hegemônica a partir de um corpo político”.

⁶ BRASIL. Art. 68º de Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal da República. Brasília, DF, 1988.

Brasileiro se responsabilize sobre a ênfase no movimento quilombola, além de atribuir as comunidades de remanescentes de quilombos o direito coletivo de existirem.

No entanto, a legitimidade da definição de comunidades quilombolas, constitui-se por meio do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, no art. 2 prevê que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida⁷. (BRASIL, 2003).

Desta maneira, é relevante enfatizar que, o movimento quilombola contribuiu de forma enriquecedora sobre a temática de regulamentação do art. 68 da Constituição Federal Brasileira, atribuindo ao diálogo de uma perspectiva crítica relacionada as tensões que envolve a categorização das comunidades quilombolas. De acordo com Cunha Junior (2012, p. 159), o quilombismo é uma dinâmica heroica, em relação “a resistência negra na luta contra o sistema de injustiça social”. Aproxima-se, da ideia de resistir para existir.

Nesse sentido, Souza (2008, p. 57), afirma que, “[...] as comunidades quilombolas não podem ser definidas em termos biológicos ou raciais, mas como condições sociais que se assentam na posse e usufruto em comum de um dado território e na preservação e reelaboração de um patrimônio cultural e uma identidade própria”, e ainda que:

O grande desafio hoje colocado é a busca pela real superação das reflexões das legislações e conceitos do Brasil Colônia e Império, que tinham como sustentação econômica, cultural e social o racismo e a violência contra os africanos e seus descendentes, bem como contra suas expressões organizativas, culturais e simbólicas. Esses conceitos dos séculos XVII, XVIII e XIX ainda se fazem presentes em interpretações e ações de alguns gestores, operadores do direito, acadêmicos e meios de comunicação. Os esforços para a construção de um real Estado de Direito passam fundamentalmente por esse exercício árduo de reconhecimento da pluralidade em seus aspectos mais profundos. (SOUZA, 2008, p. 66, grifos nosso).

Portanto, o resultado disso, se encontra na dificuldade de articular essa problematização da questão quilombola no avanço da efetivação dos direitos de sua existência. Na prática, repercute no fomento da organização dessas comunidades e do próprio movimento quilombola. Esses argumentos manifestam uma ampla discussão acerca da construção da identidade

⁷ Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, Art. 2ª.

quilombola e do reconhecimento dos direitos dessas comunidades. É relevante, conceber que o aquilombar-se está atrelado as diferentes formas de existência e resistência.

2.2 MOVIMENTO NEGRO E A CORPOREIDADE NEGRA

O Movimento Negro é um caminho de articulação política, entende-se como uma ação afirmativa pela emancipação e superação do racismo (GOMES, 2017). Desta forma, temos o Movimento Negro como ator necessário no enfrentamento do racismo, isto é, um fenômeno perverso que aflige a população negra, o que possibilita a discussão sobre o conceito de raça, e conseqüentemente, valoriza atitudes que viabilizam a libertação do corpo negro/a. De fato, a ênfase no discurso envolvendo a igualdade racial⁸ resulta no reconhecimento do ser diferente, da diferença. E nisso, percebe-se o qual complexa se torna o diálogo sobre a prática do racismo. Deste modo, é imprescindível a compreensão da atuação do Movimento Negro, ponderando a sua articulação como educador com relação a questão do racismo.

Segundo Gomes (2017, p. 24, grifos do autor):

Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano na atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo *se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo*.

Nesse processo, é possível discutir a realidade racial da sociedade brasileira, dando-lhe um espaço-tempo indagador e emancipatório. É interessante dizermos que a valorização da categoria discursiva diáspora reflete no desenvolvimento do Movimento Negro, de tal forma que contribui para a libertação da aceitação da branquitude. A diáspora é um elemento importante no que se refere a resistência da população negra quanto a legitimidade imposta pelo racismo ao corpo negro, a partir da supervalorização das identidades não negras. Isso nos leva ao diálogo dos privilégios da branquitude, entendendo-a como consequência do racismo dentro

⁸ “[...] raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza” (HALL, 2003, p. 69). HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/ Unesco, 2003.

das relações raciais. Nos dizeres de Gomes (2017), o Movimento Negro é um coletivo social e político que afirma a emergência efetiva do reconhecimento da diversidade étnico-racial.

Por isso que a interpretação da negatividade histórica⁹ é tão importante, pois, esteve presente na estruturação do Movimento Negro, como uma possibilidade de perceber a si mesmo, justificando-se nas tensões e contradições da trajetória, idealizando a construção daquilo que não pertence a si próprio. Ao fazê-lo, pressupõe um destaque a sua especificidade como movimento social, em defesa do espaço para as diferenças, de resistir e superar essa estrutura do racismo para a emancipação do ser negro/a.

Diante disso, compreendemos aqui o Movimento Negro, pelos estudos de Domingues (2007, p. 101-102; grifo nosso), como a:

Luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

Ademais, o Movimento Negro é uma mobilização afirmativa da identidade negra para viver a negritude, a consciência racial. No campo político, cultural, educacional e ideológico esse processo afirma-se como uma questão de “liberdade” étnica, engloba a reconstrução do ser negro/a, ou seja, essa construção identitária corrobora com a discussão sobre a inferiorização e exclusão da população negra nos espaços, pautada nos fatos históricos. Então, e evidenciamos, que a inserção da população negra/quilombola na sociedade brasileira consiste numa perspectiva complexa, levando em consideração que a cor da pele influencia na existência ou inexistência de lugares para o negro/a. Em consequência disto, temos a “raça” como um divisor de “águas”, considerando que a negação dos espaços para o corpo negro acentua a segregação e, também, a subalternização.

Ainda de acordo com Domingues (2007), o Movimento Negro é um ator político que se articula por meio da mobilização racial, apesar de assumir um viés essencialmente cultural. Segundo o autor, a narrativa do termo “raça” ou “identidade racial”, compõe a complexidade

⁹ De acordo com Barbosa e Santos (1994, p. 46), entende-se que “ela é a busca, de um outro si mesmo, para além da alteridade desse outro presente, que não é de si.

da realidade brasileira. Desta maneira, mesmo que no imaginário, os contornos construídos acerca do corpo negro refletem o histórico da escravidão.

Nesse sentido, a prática racista é vista como algo inexistente, pois, advêm da ideologia de democracia racial que procura abandonar o cenário de desigualdade racial existente no Brasil, através da negação da violência racista. Sendo assim, é necessário questionarmos: Que saberes o Movimento Negro tem ensinado a respeito da construção da identidade étnico-racial? Como esses saberes afetam o corpo negro para a emancipação? Portanto, compreendemos que quando falamos do processo de identidade étnico-racial estamos nos referindo também a construção da identidade quilombola, tendo em vista que compõem o processo identitário.

Assim, o corpo negro revela-se com diferentes intensidades, a inquietação entre a regulação e a emancipação. Gomes (2017, p. 99), afirma que: “É aqui que entra o papel político do Movimento Negro. Ele é o sujeito central capaz de transformar em emancipação aquilo que o racismo¹⁰ construiu como regulação conservadora”, isto é, a ação de reconhecer-se enquanto sujeito diferente do não negro, que consegue aproximar-se da verdadeira negritude, da negação do branqueamento.

É preciso, contudo, refletir sobre a questão da corporeidade negra como um movimento de resistência para expressar a negritude, mas que também se constitui um instrumento de afirmação da identidade negra. Que busca a valorização do corpo negro, não sem tensões. Ou seja, o processo histórico vivenciado expressa a adaptação, revolta e superação. Esse último, tem sido um dos elementos centrais nas discussões que asseguram o desejo do Movimento Negro, e conseqüentemente, da negritude. Consiste na denúncia do racismo. Nesse intuito, é possível perceber como o processo de inferiorização faz-se presente na apresentação da história dos negros/as, de como excluir o sujeito negro/a pressupõe a privação.

É a partir desse processo de exclusão que queremos articular o fundamento da corporeidade negra. Buscaremos apresentar de forma sucinta a regulação e emancipação do corpo negro. A partir dessa lógica, Gomes (2017) nos fala que o corpo regulado é aquele definido por dominante ou dominado. E afirma que o corpo negro regulado está a serviço de algo ou alguém. No caso do corpo emancipado são os saberes articulados pelo Movimento Negro que possibilitam a reafirmação do ser. Nessa perspectiva, recorreremos a Gomes (2017, p. 98) quando afirma que: “O corpo negro pode ser entendido como existência material e simbólica da negra e do negro em nossa sociedade e também do corpo político”. Assim sendo,

¹⁰ Segundo Gomes (2017, p. 98), “O racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença de inferioridade e superioridade racial”.

os saberes emancipatórios produzidos pelo corpo negro implementam nesse contexto o conhecimento para a libertação.

Em consonância a isso e considerando o racismo como elemento necessário para compor os conflitos das relações, temos ainda a desigualdade que é constituída essencialmente da constante renovação da prática racista e discriminatória, e, sobretudo, da dinâmica social. É nesse sentido que podemos discorrer que a subalternização atribuída ao corpo negro ocorre em detrimento do processo de exclusão, o que se constitui como a estrutura do racismo.

É importante destacar que, a existência do processo de exclusão abrange a dinâmica social quanto os deveres e direitos desses sujeitos, numa espécie de condição baseada pelo interesse. É a partir desta compreensão que se sustenta os contornos de manutenção de ações excludentes, inspirado na ideologia do branqueamento. Essa ideologia, portanto, significa uma estrutura de negação da representação do corpo negro para a premissa de uma sociedade que buscava o desenvolvimento, nisso, percebe-se o corpo negro como a representação da escravidão, de atraso e, ainda, de inferiorização. Então, a ideologia do branqueamento é baseada no processo excludente (GOMES, 2017).

Versar sobre esse processo do branqueamento possibilita enunciar que a sua base de sustentação consiste no mito da democracia racial¹¹. Por isso, a naturalização da diferença quanto o exercício da cidadania reforça o cenário de desigualdade, o que contribui no ideal de relações harmoniosas, assim, encobre as desigualdades sociais e raciais. Além disso, impede que os sujeitos negros/as construam sua própria identidade. Nesse contexto, do ideal de brancura atua como categoria perversa, o que pressupõe a regulação conservadora.

A partir dessa lógica, os processos de regulação e emancipação corroboram para problematizações necessárias quanto ao corpo negro e não negro, e que, como consequência “a cor da pele”, nos permite dizer que a compreensão da dimensão racial favorece a revalorização da pele negra. Dessa maneira, o Movimento Negro, busca enfatizar a luta contra o racismo fazendo uma releitura da estética e corporeidade negra, sendo assim, tornam-se elementos importantes para reivindicar a igualdade racial e afirmar a existência dos negros/as na sociedade brasileira.

¹¹ De acordo com Gomes (2017, p. 57) “O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.”

2.3 AQUILOMBAR-SE: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

Ser quilombola, significa evidenciar o vínculo entre o sujeito e o quilombo, ou seja, o sentimento de pertença. Podemos enfatizar que o lugar de onde se fala e por que se fala possibilita a interpretação da formação identitária desses sujeitos. Diante disso, compreendemos que a identidade quilombola é a valorização do território, e também, o reconhecimento da diferença. Com isso, percebemos que a identidade se desenvolve através das interações, o que corresponde a tomada de consciência do sujeito em relação a diferença. Então, a identidade consiste no espelhamento do outro, de que existe diferença entre os sujeitos (GOMES, 2005).

Nesse sentido, o processo identitário se fundamenta nos aspectos sócio-político e histórico da sociedade. Portanto, a identidade constrói-se pela dinâmica das condições do ambiente e das interações entre os sujeitos. Assim, as relações e os comportamentos com o meio estabelecem o que podemos enfatizar como um fator importante nesse processo, tendo em vista, que “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros” (GOMES, 2005, p. 41).

Ainda de acordo com Gomes (2005, p. 42), “Nenhuma identidade é construída no isolamento”, a construção da identidade é um movimento de interação, sendo assim, pressupõe uma reafirmação do “nós”, significa uma reivindicação ao diferente. É um recurso que possibilita condições necessárias aos sujeitos que são inviabilizados no contexto social, político e educacional.

Desta maneira, podemos destacar as seguintes definições, a identidade por atribuição na qual a identidade advém do outro, e ainda, a identidade pelo pertencimento (autodefinição) que significa a identidade para si. O que não quer dizer que a realidade da identidade seja somada a categorização de exclusão, mas, de unificação dos indivíduos. E nessa direção, vemos que a identificação dos sujeitos provoca inquietações entorno da discussão sobre raça e etnia.

Para entender o significado do termo “raça”, é necessário a tomada de consciência de que o termo “etnia” se diferencia do termo “raça”. A raça é uma construção social, equivalente a uma limitação de classificação das relações. Posto isso, compreendemos que a noção de raça, naturaliza as diferenças de cores, e, assim alimenta um pensamento coletivo das desigualdades e preconceitos em detrimento da realidade social do Brasil (PAIXÃO; CARVANO, 2008).

Ainda dialogando conceitualmente com a idéia de raça, Guimarães (2008), aborda uma perspectiva crítica ao discutir as diferentes questões fundamentais da idéia de raça, e a partir da

análise sociológica e da vida social, o sociólogo, ao discutir Cor e Raça, demonstra a relevância sociológica para evidenciar a raça como um objeto de análise.

Conforme Guimarães (2008, p. 76-77, grifos nosso):

[...] “cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a idéia de raça que orienta essa forma de classificação. Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na idéia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que **orienta e ordena o discurso sobre a vida social**.

Desta forma, a utilização desse termo associa-se a questão racial como elemento indispensável para a classificação dos sujeitos, na qual favorece a narrativa da categoria raça pelo viés das características fenotípicas e biológicas. Ou seja, a ideia de raça pode ser definida a partir de uma perspectiva sociológica, levando em consideração o desenvolvimento da hierarquização racial e os desafios relacionados as desigualdades e discriminações submetidos a população negra.

Nesse sentido, os fatos históricos acentuam a afirmativa de que, os negros/as compõem uma realidade marcada pela subalternização e inferiorização no meio social, então, a cor da pele contribui para que os ditos não-brancos, e principalmente, os negros/as, sejam excluídos, devido o condicionamento histórico atribuído a população negra, conhecida como “minorias”. Portanto, a desvalorização do negro/a através da cor da pele, pelo processo de regulação¹², é uma estratégia pautada na exclusão de indivíduos, e assim, determina os lugares para esse grupo. Guimarães (2008) afirma que a condição social de indivíduos negros/as na sociedade brasileira advém dos inúmeros reflexos do racismo e da desigualdade presente no cotidiano, implicações das quais afetam de forma negativa a vida desses sujeitos.

Lembrando que:

No campo intelectual, muitos profissionais preferem usar o termo etnia para se referir aos negros e negras, entre outros grupos sociais, discordando do uso

¹² A música “A carne” da cantora Elza Soares, versa a respeito do processo de regulação do corpo negro. Nas palavras da cantora: “A carne mais barata do mercado é a carne negra / Que vai de graça pro presídio/ E para debaixo do plástico / Que vai de graça pro subemprego / E pros hospitais psiquiátricos / A carne mais barata do mercado é a carne negra / Que fez e faz história / Segurando esse país no braço / O cabra aqui não se sente revoltado / Porque o revólver já está engatilhado / E o vingador é lento / Mas muito bem intencionado / E esse país / Vai deixando todo mundo preto / E o cabelo esticado / Mas mesmo assim / Ainda guardo o direito / De algum antepassado da cor / Brigar sutilmente por respeito / Brigar bravamente por respeito / Brigar por justiça e por respeito / De algum antepassado da cor / Brigar, brigar, brigar / A carne mais barata do mercado é a carne negra”!

do termo raça. Ao usarem o termo etnia, estes intelectuais o fazem por acharem que, se falarmos em raça ficamos presos ao determinismo biológico, à idéia de que a humanidade se divide em raças superiores e inferiores, a qual já foi abolida pela biologia e pela genética (GOMES, 2005, p. 49-50).

A divergência de posicionamento dos intelectuais provoca inúmeras incertezas, na qual produz uma justificativa plausível em razão da composição étnica e racial da sociedade brasileira. Nesse sentido, há que se considerar, portanto, as ideias decorrentes dessa trama ideológica. Delineia-se desta maneira que o processo de mestiçagem, resulta na busca pelo branqueamento, sendo assim, contribui para a rejeição do termo raça, devido a divisão imposta entre os indivíduos.

É a partir dessa compreensão de aspectos distintos ao representar as diferenças dos sujeitos que queremos pensar os contornos que envolve o termo etnia, para estabelecer a existência de diferenciação quanto o termo raça. Dessa forma, faz-se menção ao fator étnico ao se referir a diferenciação dos povos por “Processos históricos e culturais” (GOMES, 2005, p. 50). A partir dessa lógica, a definição do grupo étnico é considerada um agrupamento de sujeitos que se caracterizam pela conscientização da experiência em comunidade, mas, essencialmente, pelo pertencimento baseado na ancestralidade.

Nessa perspectiva, Paixão e Carvano (2008, p. 66), afirma que “Quando falamos de lugares, falamos de etnias”. Na sua acepção, a etnia é condição de identificação dos sujeitos através das partilhas do coletivo. Partindo desta reflexão é necessário destacar que o conceito de comunidade é fundamental para a discussão do conceito de etnia. Estamos diante de uma narrativa do processo de formação. Isso porquê, podemos pensar na noção de “povo”, que é algo extremamente importante para o discurso da questão étnica. Diante disso, entende-se que o povo é a recriação de um determinado lugar, uma realidade que o sujeito transpõe a partir de sua origem.

Portanto, a etnia é um termo que prioriza, em linhas gerais, as marcas sócio-históricas de um determinado grupo, que é percebida na dinâmica de organização da sociedade. Dessa maneira, podemos elucidar que o conceito de etnia, obviamente, consiste na organização do meio social com relação as diferenças culturais existentes. É nessa direção que podemos, entretanto, pensar a ideia de dicotomia entres os termos raça e etnia, que corroboram com a discussão sobre a identidade e expressam a legitimidade ao recorte étnico-racial a população quilombola.

Munanga (2020), afirma que a ênfase na identidade é permeada por uma diversidade contextual. Implica entendê-la a partir de critérios ideológicos, históricos, culturais,

linguísticos, psicológicos, raciais e culturais. Ou seja, a discussão sobre a identidade remete a um movimento dinâmico e abrangente. Faz-se necessário indagar, no contexto dos processos identitários, como podemos definir a identidade quilombola?

E de acordo com Souza (2008, p. 78):

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação.

Desse modo, a identidade quilombola está atrelada ao ideário do termo etnia que enfatiza o sentimento de pertença ancestral, apresenta-se como uma condição da diferença, que incidem na luta pelo direito de existir. Nesse sentido, é preciso destacar a importância do entendimento dessa identidade, a saber como novos sujeitos, denominados de quilombolas.

Almeida (2011, p. 82), afirma que os quilombolas se encontram inseridos nessa definição de “novas etnias”, em que “os processos de identificação e autoconsciência” dos sujeitos transportam especificidades que constituem o processo de resistência de seu reconhecimento identitário. Assim, as novas etnias são “conceituadas como uma tendência de grupos se investirem, num sentido profundo, de uma identidade cultural com o objetivo de articular interesses e reivindicar medidas, fazendo valer seus direitos, face aos aparatos de estado”.

Nesse aspecto, é necessário ressaltar a associação realizada entre o processo de identificação e as novas etnias. Nesse ponto, o processo identitário é considerado nas discussões e estudos como uma questão pontual que demanda novos encaminhamentos e releituras, especificamente, acerca da pluralidade em particular da realidade brasileira. É, portanto, relevante destacar que a presença de descaracterização do grupo e/ou comunidade contribuiu para os direcionamentos de omissão e silenciamento a respeito da população quilombola. E isso, estabeleceu a legitimação de ações para a exclusão dos negros/as quilombolas.

E nesse sentido, compreende-se que a condição imposta a esses indivíduos limita a sua existência, condicionando a uma situação de invisibilidade, de sua própria identidade. Ainda nesse cenário, é possível perceber que o contexto vivenciado cuja estrutura busca silenciar esses sujeitos, denota uma certa resistência, e, sobretudo, a abrangência da identidade étnica. Então, a necessidade de afirmação da identidade, relembra a complexidade histórica e de negação do processo identitário.

As contribuições de Souza (2008) foram fundamentais para a discussão da perspectiva identitária. Essa dimensão, todavia, reflete na noção de territorialidade e na perspectiva étnica, a partir da organização social. Tal noção remete a fronteira étnica, os desafios impostos quanto a denominação de indivíduos e/ou grupos que poderiam ser chamados de quilombolas. O fato é que, o conceito quilombo e o termo quilombola desperta questões importantes para o diálogo sobre as identidades étnicas e/ou raciais, e, a partir desse entendimento, temos o evento considerado, como: “trama social”, ou seja, as argumentações opostas, que são trazidas para esse debate, portanto, baseado no discurso da democracia racial.

Esse argumento, nos leva à conclusão de que: “A dimensão da invisibilidade das comunidades quilombolas como fato do presente na construção da identidade nacional é bastante marcante. Expressa o histórico silenciamento dos espaços não hegemônicos no País” (SOUZA, 2008, p. 77). Como se percebe, a construção da sociedade brasileira e a ênfase no discurso da mestiçagem contribui para o desenvolvimento de um cenário de exclusão dos negros/quilombolas, sendo assim, é possível compreender como a dinâmica social determina o processo de exclusão vivenciados pela população negra/quilombola.

Para uma reflexão acerca dos processos excludentes no contexto brasileiro, é necessário acrescentar, de maneira breve e não menos importante: a discussão da mestiçagem, ou seja, as peculiaridades atribuídas a exclusão social dos negros a partir dessa lógica de igualdade e harmonia.

No que diz respeito as discussões sobre o mito da democracia racial, podemos evidenciar que:

[...] baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas; as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades Subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. (MUNANGA, 1999, p.80).

Dessa forma, é inegável que a ideologia do mito da democracia racial naturaliza as práticas discriminatórias em relação ao povo negro. Nesse contexto, essa realidade perversa, atua de forma diferenciada, colaborando para a restrição da população negra/quilombola quanto a participação e exercício de sua cidadania. Essa atitude é um dos entraves para a construção

de sua identidade, negros e/ou quilombolas, pois apresenta a ideia de não pertencimento e da inexistência do racismo.

A esse respeito, Munanga (1999, p. 88), afirma que “[...] tanto os mulatos quanto os chamados negros "puros" caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos acesso, abrindo mão da formação de sua identidade de "excluídos””.

Com relação a formação da ideia de unidade mencionada, é necessário entender que:

[...] identidade dos excluídos supõe, na perspectiva dos movimentos negros contemporâneos, o resgate de sua cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil, da cor de sua pele inferiorizada, etc... Ou seja, a recuperação de sua negritude, na sua complexidade biológica, cultural e ontológica. (MUNANGA, 1999, p. 101).

Nesse sentido, estão imbricadas as peculiaridades que pelo qual se concebe a identidade étnico-racial, os elementos em evidência, quais sejam: o processo de descaracterização, a consciência histórica e a organização da negritude. Com o intuito de melhor compreender a aproximação desses enfoques na concepção de identidade étnica- racial, necessitamos refletir acerca da importância da identidade política.

Deste modo, e considerando os mecanismos excludentes, restam a povo negro/quilombola a necessidade de desmitificação da discussão racial e étnica, o que de certa forma conduz a reinterpretação da nação brasileira. Portanto, pensar a respeito da identidade política, significa um conjunto de atribuições que nos obriga a refletir sobre a questão dos direitos sociais, a fim de garantir o bem coletivo, possibilitando assim, dar voz aos novos sujeitos – quilombolas. Logo, é possível entender que:

Esta “nova etnicidade” refletiria as transformações do conceito e passa a ser definida tanto como identidade e autoconsciência, quanto como estratégia de obtenção de recursos básicos para produzir e consumir. Sublinha o fato de agentes sociais se investirem num sentido profundo de uma identidade cultural com objetivo de articular interesses e de fazer valer seus direitos perante o Estado (ALMEIDA, 2011, p. 84).

Nesse sentido, a busca pelo reconhecimento da cidadania dos quilombolas reflete sobre o dever do Estado brasileiro quanto a garantia de seus direitos, de serem aquilo que eles são, isto é, um processo de reparação histórica para as populações quilombolas, reconhecido na Constituição. Então, ser quilombola no Brasil é ser um sujeito que vive a negritude e a reafirma o seu direito de cidadania. Desta maneira, a interpretação dessa forma de ser, nos coloca para

refletirmos quanto a questão do pertencimento étnico-racial, os desdobramentos do racismo e a compreensão da condição que lhes foram impostas como objetos da realidade social.

De fato, a desigualdade racial é um fator determinante para a exclusão de pessoas negras e quilombolas no âmbito universitário. Faz-se necessário uma breve elucidação sobre o dilema das ações afirmativas nas instituições de Ensino Superior, espaço do assunto principal que iremos abordar no tópico seguinte: Quilombolas no Ensino Superior.

2.4 QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR

Em primeiro lugar, é necessário elucidar as atitudes do Estado brasileiro quanto a perspectiva da desigualdade para a população negra/quilombola, no âmbito do Ensino Superior. Compreendemos que as leis, resoluções e documentos acessíveis, se organizam com um espaço importante de circunstâncias vivenciadas pelo coletivo acadêmico.

Nesse sentido, necessitamos refletir acerca do contexto inegável de exclusão de pessoas negras/quilombolas na Educação, buscando privilegiar a justiça social. Lembrando que nessa discussão temos a questão da legitimação do Estado referente a ideia de inferioridade dos negros/quilombolas na sociedade brasileira e, por conseguinte, o posicionamento de silenciamento. Nessa direção é preciso uma breve compreensão a respeito da noção de Estado, o que de certo modo conduz a percepções e ações baseadas na construção da nacionalidade brasileira e a maneira como as instituições educativas contribuíram para a marginalização dos sujeitos negros/quilombolas.

Diante disso, uma breve aproximação que podemos realizar com alusão a essa questão é conceber que o [...] Estado é um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (isto é, uma população, ou um povo); e o Estado é a maior organização política que a humanidade conhece. (GRUPPI, 1996, p. 7).

Nesse aspecto, o conceito de Estado pode ser entendido como uma organização política da sociedade. De acordo com esse posicionamento, o Estado pode ser traduzido a partir dos seguintes elementos, quais sejam: poder político, território e povo. A partir dessa lógica, entende-se que não é possível falar sobre Estado, sem a presença destes elementos, dando-lhes uma representação única, singular. Entendemos, todavia, que esse conceito está imbricado na noção de poder, nessa compreensão, Gruppi (1996, p. 13), afirma que: “O Estado é constituído essencialmente pelo poder: nem o território, nem o povo definem o Estado tanto quanto o poder”,

ou seja, o poder é uma premissa constante na prática da conjuntura do Estado, considerando que este, se revela de forma invisível.

É nesse sentido que podemos discorrer acerca dos contornos para a perpetuação da desigualdade, mediante a legitimação do poder ideológico do Estado, o que nos permite apreender as implicações decorrentes dos interesses efetivado através do Estado. Reconhecemos, portanto, que a finalidade dessa instituição política busca assegurar a dinâmica social no sentido de atender a premissa de necessidade-solução. Em contraponto, é importante lembrar que, por vezes ainda permite, episódios dos quais o Estado proporciona a construção de espaços e relações desiguais, partindo de preconceitos e ideologias dominantes. (GRUPPI, 1996).

Nesse contexto, a população negra/quilombola esteve limitada de contar sua própria história, assim, o Estado, mediante seu poder invisível negligenciou a releitura crítica da história. Diante disso, exploramos novamente a responsabilidade do estado frente as dificuldades de aplicação das medidas de reparação, em relação aos direitos dos povos negros/quilombolas.

A esse respeito, Souza (2008, p. 90), afirma que: “A questão da identidade quilombola, do reconhecer-se como quilombola, por exemplo, é um ponto que vem sendo argumentado por acadêmicos, parlamentares e outros como nevrálgico para a contestação dos direitos quilombolas”.

É fundamental, portanto, destacar que esse ponto de identificar-se como quilombola tem causado diversos conflitos, sobretudo, o entendimento sobre o que é ser quilombola e a noção de relações/convivência harmoniosa. Para Souza (2002, p. 79): “A insurgência de organizações nas últimas décadas, como as quilombolas, que reivindicam o reconhecimento de sua identidade, de seus direitos, de seus costumes pelo Estado, aponta para uma crise do modelo historicamente construído e imposto de identidade nacional”.

Diante disso, é interessante mencionar que novos marcos legais possibilitaram dimensões interpretativas do quilombolar-se, numa perspectiva de resistência e existência. Neste sentido, em consonância com as ideias de Souza (2002, p. 97-98):

Por resistência se entende os processos empreendidos por esses grupos para manterem-se ao longo de sua história como sujeitos que se constituem enquanto grupo diferenciado, com seus aspectos identitários específicos, com seu modo próprio de viver. Mais ainda, por resistência se entende a luta constante das comunidades quilombolas pelo direito de existir, de um existir que pressupõe intrinsecamente uma rede de relações estabelecidas que permeia a batalha cotidiana pelo direito ao território, às tradições, à identidade. Esse movimento histórico de resistência e existência tem uma relação profunda com a dimensão étnico-racial.

Essa mobilização da população negra, permitiu dialogar com a sociedade brasileira a respeito da invisibilidade, o que significou um marco para o processo de resistência das comunidades quilombolas, com ênfase na efetivação dos seus direitos. Dentre esses, destacam-se o direito à terra, cuja pauta levou à aprovação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, um marco para a promoção de uma política reparatória com a população afro-brasileira. Logo, a questão quilombola torna-se um enfoque nacional, e com isso, é incluído a responsabilidade, indispensável do Estado Brasileiro. Nas palavras de Souza (2008, p. 157, grifos nosso):

O reconhecimento legal de direitos específicos, no que diz respeito ao título de reconhecimento de domínio para as comunidades quilombolas, ensejou uma nova demanda, gerando proposições legislativas em âmbito federal e estadual, promovendo a edição de portarias e normas de procedimentos administrativos consoante à formulação de **uma política para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas.**

Nesse panorama da luta pelos direitos quilombolas apresentou-se a necessidade de criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), um movimento político em defesa das formas de existência da população negra/quilombola, a nível nacional. Com efeito, as vozes quilombolas ecoaram com a criação, no ano de 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), e também foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), a partir do Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, considerando o papel importante do Estado no que se refere a redução das desigualdades raciais no Brasil.

Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639, determinando a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na Rede de Ensino. Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais, regulamentado pelo parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP) 03/04 e pela resolução CNE/CP 01/04, essa lei foi alterada pela Lei 11.645, de março de 2008, com a inclusão da temática indígena. Tivemos ainda, a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), o que significaria o reconhecimento de sujeitos políticos e de seus saberes.

Dessa forma, é possível confirmar que o Estado Brasileiro, busca implementar leis e políticas que atendam a demandas da população negra/quilombola. Através da narrativa de reivindicação do Movimento Negro Brasileiro, sobretudo, argumentar por intervenção do Estado no sistema educacional brasileiro, considerando o reconhecimento da diversidade étnico-racial. É nesse contexto que a reflexão sobre as ações afirmativas no Ensino Superior

para quilombolas deve ser considerada. Como nos esclarece Gomes (2017, p. 50, grifo nosso) que:

Nesse novo processo, o movimento se destaca pela sua atuação na esfera jurídica, política, social e econômica, via a cobrança da garantia de oportunidades iguais e do direito à educação, assim como na esfera acadêmica, via demanda pela implementação das políticas de ações afirmativas; notadamente na questão das cotas raciais **(democratização do acesso e garantia da permanência)**.

2.5 AÇÕES AFIRMATIVAS

No Ensino Superior, após a efetivação das ações afirmativas dispostas pela Lei 12.711 de 2012, o contexto acadêmico se depara com um espaço mais diversificado (GOMES, 2017). Para chegar a essa compreensão Gomes (2017), entendia que na história do nosso país, esse recente processo é um prelúdio da probabilidade de alcançar a diminuição das desigualdades educacionais, bem como as de acesso às oportunidades de trabalho, de outros bens sociais, econômicos e culturais, e nesta perspectiva no aprimoramento ético e político para a ascensão da equidade étnico-racial, que poderá provocar uma redistribuição nos papéis sociais e das riquezas socialmente produzidas no país.

As ações afirmativas no Brasil colocam em evidência o projeto de sociedade legitimado até o momento, sendo calcado em pilares racistas, com uma suposta supremacia essencial de brancos sobre outros grupos raciais, com uma ideologia da mestiçagem (MUNANGA, 1999), na qual adjunta com a do branqueamento para manutenção de todas as desigualdades vivenciadas e encarnadas na pele negra/quilombola, nas interações intersubjetivas.

Assim, para Gomes (2001, p. 6-7) as ações afirmativas tem a função de:

Induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar as chamadas personalidades emblemáticas, para servirem de exemplo às gerações mais jovens e mostrar a elas que podem investir em educação, porque teriam espaço.

Apesar dos conflitos e tensões entorno da discussão sobre a inserção dos excluídos no ensino superior, percebe-se que a validação do direito à Educação, primordialmente no espaço

acadêmico, implica no diálogo do acesso e permanência a esse espaço privilegiado pela elite, assim, como outros locais na nossa sociedade que foram sendo reivindicados, tendo em vista que eram considerados como impróprios para as pessoas de cor.

O Ensino Superior nesse cenário é um expoente de questões relacionadas a exclusão do corpo negro e quilombola. Nesse sentido, é necessário dialogarmos a respeito da implementação das políticas de ações afirmativas. Como nos esclarece Silvério (2007, p. 21, grifos nossos):

As políticas de ação afirmativa são, antes de tudo, políticas sociais compensatórias. Quando designamos **políticas sociais compensatórias** queremos dizer que são intervenções do Estado, a partir de demanda da sociedade civil, as quais garantem o cumprimento de direitos sociais, que não são integralmente cumpridos pela sociedade. As políticas sociais compensatórias, por sua vez, abrangem programas sociais que remedeiam problemas gerados em larga medida por ineficientes políticas preventivas anteriores ou devido à **permanência de mecanismos sociais de exclusão**.

A ideia de implementação de ações afirmativas emerge do contexto de exclusão do negro/quilombola no espaço acadêmico, compreende-se que essa prática compensatória funciona como uma possibilidade de oportunizar o respeito a diversidade dos coletivos que vivenciam mecanismos sociais de silenciamento. Para Gomes (2017, p. 114) “As ações afirmativas tocam, de maneira nuclear, na cultura política e nas relações de poder. Seja para confirma-las, seja para refutá-las [...]”.

Dessa forma, a inserção da população negra/quilombola na universidade, produz um movimento de tomada de consciência da ausência e emergência da questão étnica - racial e da superação do racismo. Partimos do pressuposto de que para trilharmos a equidade de acesso e permanência no âmbito acadêmico é preciso um novo olhar sobre a desigualdade étnico-racial. Poderíamos dizer que o enfrentamento da desigualdade étnico-racial se constitui como uma inquietude diante da realidade social e de acordo com Gomes (2017, p. 115):

De tal maneira a universidade está configurada historicamente como o único *locus* de produção de saber, que, muitas vezes, os próprios movimentos sociais têm dificuldade de compreender que as suas práticas e os saberes por eles produzidos, ao se tronarem públicos, confrontam as teorias social, antropológica, sociológica, política e pedagógica.

Nesse sentido, envolve a sistematização de um exercício para aproximar e valorizar os processos identitários negro e quilombola, e ainda, o recorte da visibilidade do termo raça nos espaços acadêmicos. A existência da ignorância sobre a corporeidade negra traz à tona reflexões necessárias impostas pelo racismo.

De forma conflituosa e intensa a reivindicação pelas ações afirmativas e as cotas raciais provocam opiniões diversas a respeito dessa luta e resistência por direitos acadêmicos. Podemos dizer, então, que a existência do corpo negro/quilombola em contextos de poder são conquistas que necessitam serem visibilizadas e reconhecidas. Gomes (2017, p. 114-115) esclarece que:

A universidade se depara com a pressão para desenvolver ações de permanência acadêmica com condições dignas de estrutura física, biblioteca renovação curricular, mais bolsas de pesquisa, extensão, assistência e melhores condições que garantam o direito aos diversos coletivos de estudantes, sujeitos das ações afirmativas e políticas de inclusão social, de completarem os seus estudos com dignidade.

Portanto, a argumentação em relação as condições dignas são necessárias e fundamentais para a garantir a legitimidade dos direitos de negros/quilombolas por Educação. Nesse sentido, as ações afirmativas desenvolvidas pela universidade possuiriam a responsabilidade do cumprimento sobre os direitos e garantias fundamentais do Estado Democrático.¹³

Desta forma, é necessário entender o que significa agir afirmativamente. Certamente essa ressalva é valiosa, pois contribui para que as interpretações realizadas acerca dessa temática sejam resultado da interação entre os mecanismos de exclusão e dos direitos sociais. Assim, encontramos um caminho nas palavras de Silvério (2007, p. 22):

A busca de uma igualdade concreta não deve ser mais realizada apenas com a aplicação geral das mesmas regras de direito para todos. Tal igualdade precisa materializar-se também através de medidas específicas que considerem as situações particulares de minorias e de membros pertencentes a grupos em desvantagem.

Ou seja, Silvério (2007), enfatiza quais seriam os objetivos das ações afirmativas. Insiste, então, no reconhecimento da diversidade, e, como essa dinâmica é essencial para compreendermos o objetivo da ação afirmativa. Esse entendimento será aceito, a partir do enfoque no conceito de igualdade, e desafiar o modo como essa igualdade deve garantir as diferentes realidades existentes. Em síntese, pode-se acentuar que a proposta do agir afirmativamente é ancorar socialmente, o que significa uma outra vertente em meio aquilo que vivemos. Outro aspecto importante é a respeito dos inúmeros dados estatísticos que verbalizam

¹³ BRASIL. Art. 1º. Inciso III – a dignidade da pessoa humana, de Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal da República. Brasília, DF, 1988.

“A importância da criação de políticas públicas de ações afirmativas” (SILVÉRIO, 2007, p. 30).

Portanto, com efeito, o fundamento do direito brasileiro é condição indispensável para a implementação de ‘medidas compensatórias’, e é também o resultado dos processos de autoconhecimento e equidade. A interpretação do que compreende o direito brasileiro não se faz sem o reconhecimento de si, sobre a dinâmica da identidade e se faz presente no recorte étnico-racial. Logo, a noção de ação afirmativa é concebida com o autoconhecimento e o princípio da igualdade, da equidade. Dessa forma, Gomes (2001), reafirma a necessidade de apropriar-se dos critérios e condições essenciais que possibilitariam o condicionamento dessa ação positiva nos fundamentos constitucionais, razão pela qual sustentamos o conceito de equidade como um dos fundamentos à prática afirmativa com os sujeitos marginalizados.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção será apresentado a metodologia da pesquisa. Desta forma, a seção inicia com apontamentos em relação a caracterização da pesquisa, sendo exposto a escolha do tipo de pesquisa utilizada no estudo e os preceitos que envolve o método de abordagem da História Oral. Em seguida, temos a apresentação do lócus da pesquisa e dos sujeitos, a definição do instrumento de coleta de dados e, contém ainda, os aspectos envolvendo a análise dos dados. Ainda nessa discussão, incluímos os procedimentos éticos da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para elaborar os procedimentos metodológicos da pesquisa, é preciso conceituarmos como se concretiza o saber científico advindo dos fundamentos de cientificidade, a partir dos estudos de Barros e Lehfeld (1990), o conhecimento científico é resultado das ações e estratégias promovidas e desenvolvidas por meio da pesquisa científica, significa uma ação orientada. Então, a busca por novos conhecimentos surge de questionamentos/ações que parecem ser simples ou não.

Ainda de acordo com Barros e Lehfeld (1990), a dinâmica de iniciar-se na pesquisa é um desafio diário que para ser concebido é realizado a partir do aprender fazendo, então, experimentar a pesquisa, pesquisando. Valoriza-se, assim, o aperfeiçoamento do conhecimento através do ato de pesquisar. Tozoni-Reis (2009, p. 8), afirma que: “[...] é a interpretação do que vivemos”, ou seja, a pesquisa como um processo de busca por respostas e produção do conhecimento para compreender a realidade social. Nesse sentido, o termo pesquisar é associado à ação sistemática e organizada. A pesquisa é uma prática intencional para compreender as coisas do mundo. Torna-se uma ação diferenciada, a busca por dar significado aquilo que é observado, sentido, vivido e pensado.

Portanto, a tarefa de pesquisar refere-se ao processo de ensino-aprendizagem, a fim de aprender algo. De acordo com Freire (2019, p. 30-31), o ensinar requer pesquisa, portanto, “Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervindo educo e me educo”, isso significa dizer que a produção do conhecimento necessita de indagação, de buscar aquilo que conhecemos e não conhecemos. Pode-se afirmar que essa relação do ensino e a pesquisa implica no conhecimento do mundo como possibilidade de intervenção da realidade. A busca pelo entendimento das coisas de forma planejada, sistemática baseada nos métodos, sendo assim, uma investigação científica. Portanto,

a definição de pesquisa de forma ampla se opõe a pesquisa científica. Por pesquisa científica entendemos que significa uma construção do saber fundamentada em procedimentos científicos, a partir de um determinado problema encontrado permitindo analisar o objeto de estudo identificado para obter resultados ou não através do exercício investigativo.

Segundo Tozoni-Reis (2009), a investigação condiz com a delimitação dos aspectos que envolve um determinado objeto de pesquisa. Assim, no mundo acadêmico, a pesquisa é uma prática essencialmente sistematizada e organizada que exige uma postura crítica envolvendo a construção do conhecimento. Nesse sentido, a dinâmica da pesquisa é complexa, mas, comprometida com os caminhos metodológicos que são traçados. A pesquisa enquanto processo formativo é uma dinâmica que necessita de problematização, a partir destes questionamentos: para quê e para quem produzimos conhecimento. De fato, compreendermos a sua importância e seus efeitos nesse processo educativo de aprender a pesquisar.

A pesquisa científica dá ênfase aos métodos científicos empregados no ato de pesquisar. Nesse sentido, a pesquisa científica pode contribuir significativamente na compreensão da realidade através dos aspectos históricos e sociais que envolve o desafio de produzir conhecimento. É preciso o destaque para a questão da ética na pesquisa científica, considerando um fator determinante no desenvolvimento do conhecimento científico. A prática da pesquisa de forma científica impõe a necessidade de princípios éticos na sua elaboração, pois vivemos num ambiente de transformações, seja das relações e/ou com o meio.

Na medida que entendemos sobre o significado de pesquisa científica entendemos a importância de compreendermos os diversos tipos de pesquisa científica existente. É importante lembrar-se que nenhuma pesquisa é autossuficiente, isto é, as pesquisas se complementam no processo de investigação científica. De fato, a elaboração do conhecimento científico diz respeito essencialmente à ação e pensamento, o que requer a compreensão do processo investigativo para apropriação do conhecimento.

O processo investigativo é, portanto, uma prática que contribui para o enriquecimento do conhecimento humano através da interpretação da realidade. O caminho percorrido para tal compreensão requer uma preocupação interessada na relevância social articulada à produção do saber.

3.1.1 A pesquisa qualitativa e a História Oral como Método de Abordagem

Compreendendo a complexidade do desenvolvimento de uma pesquisa pautada nos princípios da cientificidade, entende-se que é necessário, explicitar que para a realização deste estudo tivemos como eixo basilar a pesquisa qualitativa, levando em consideração as especificidades e subjetividades dos sujeitos implicado na sua construção.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa tornou-se algo indiscutivelmente necessária para efetivação deste estudo, tendo em vista que o foco principal desta pesquisa se refere a um grupo específico buscando analisar o processo identitário e a trajetória acadêmica, através das suas vivências no âmbito acadêmico e as relações sociais construídas considerando seu contexto.

Dessa forma, o método de abordagem da supracitada pesquisa apresenta-se a partir da História Oral com ênfase na trajetória acadêmica dos sujeitos entrevistados do estudo. Para Meihy e Holanda (2017, p. 15), a pesquisa em “História Oral é um conjunto de procedimentos. Não se trata apenas de um ato ou procedimento único. História oral é a soma articulada, planejada, de algumas atitudes pensadas como um conjunto. Não é apenas a entrevista ou outra fonte oral que marca a história oral”.

Nesse caminho metodológico traduzido pela História Oral e com ênfase nas vivências acadêmicas, torna-se indispensável para o delineamento da pesquisa, sobre isso Delgado (2003, p. 23) destaca que:

A história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber. [...] Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar.

Desta maneira, para os pesquisadores que respaldam seu estudo no método da História Oral, enfatizado na história de vida evidencia-se como um fundamento central na busca pela compreensão da trajetória acadêmica dos indivíduos participantes deste estudo, posto que a utilização desse método significa que é provável a (re)construção de suas memórias, diante das interações desenvolvidas entre o entrevistado e o entrevistador, assim como as singularidades que envolve seus contextos e os da comunidade.

Como assevera Souza (2008) é necessário compreender a complexidade que envolve apropriação da identidade quilombola e as nuances que estão intrinsecamente ligadas a história dos povos escravizados, silenciados e negados no processo histórico, assim, possibilitando o rompimento da perspectiva hegemônica, com base na ressignificação dos saberes.

Pressupondo as singularidades da pesquisa qualitativa intrínseca a História Oral, destaca-se que uma e a outra foram pertinentes para o desenvolvimento deste estudo sobre a trajetória acadêmica dos sujeitos do estudo, como também das suas vivências relacionadas ao processo identitários. Entendendo as especificidades da História Oral, Portelli (1997, p. 15, grifo nosso), aponta que:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturais, sociais e processos históricos. Visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a **experiências e a memórias individuais** e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. Por tanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é por definição impossível sem ele.

Nessa perspectiva, a pesquisa caracteriza-se como estudo de campo exploratório, na Comunidade Quilombola “Os Rufinos” do município de Pombal/PB, buscando refletir sobre os questionamentos impostos e as narrativas adversas, pautados nos objetivos do estudo.

Para Meihy e Holanda (2017) a História Oral, fundamenta-se em questões específicas, por exemplo, a memória como eixo basilar com a identidade da pessoa entrevistada, isto é, a memória atrelada a coletividade dos universitários/as negros/quilombolas que foram os sujeitos entrevistados. Desta maneira, entender por meio da memória dos sujeitos participantes da entrevista, como ocorreu o percurso acadêmico na graduação, com base em sujeitos autodeclarados negros/quilombolas. Nesse sentido, buscamos analisar as suas trajetórias acadêmicas, considerando as problemáticas de acesso e permanência no Ensino Superior, analisando também, como o processo identitário influencia na sua trajetória acadêmica, e, por fim, averiguando se as políticas afirmativas contribuem para a permanência na universidade, assim, entendendo os impasses relacionados ao ingresso e permanência.

3.2 LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA

O lócus do estudo de campo para o desenvolvimento da pesquisa foi na Comunidade Remanescente Quilombola “Os Rufinos”, o quilombo está localizado na cidade de Pombal - PB no Alto sertão. No referido Quilombo encontra-se os sujeitos entrevistados. A comunidade está situada no Sítio São João I, na Zona Rural. Através do lócus da pesquisa, principalmente, em relação as singularidades do referido local, como também os sujeitos pertencentes a

comunidade, foi desenvolvido a pesquisa baseada na História Oral. Para Meihy e Holanda (2017, p. 15):

A existência de um projeto é condição essencial para a operação em História Oral. Como procedimento planejado, uma proposta previamente armada se torna fundamental para se responder às três situações que orientam a realização da História Oral: de quem? Como? E por quê?

O primeiro pressuposto que fundamenta o desenvolvimento desse estudo baseado na História Oral é relacionado aos sujeitos da pesquisa, traduzido em quem entrevistar? Com base no que foi exposto a princípio, os entrevistados/colaboradores da pesquisa foram 3 (três) universitários(as) negros/quilombolas, considerando os objetivos e as necessidades da pesquisa com base nas suas trajetórias acadêmicas, concebendo a questão do processo identitário quilombola no decorrer de suas próprias trajetórias acadêmicas. Diante disso, temos o segundo pressuposto, como fazer? Constata-se que utilizar a metodologia da História Oral, pressupõe a necessidade do uso de fontes orais, isto é, aborda, o processo de história viva, por meio do diálogo traçado nas entrevistas semiestruturadas.

E por quê? Vivemos numa narrativa excludente, em que os elementos históricos e sociais contribuem para a percepção de que os indivíduos marginalizados não são sujeitos de direitos. Através da lógica do poder, o conhecimento tem sido negado, e assegura um lugar de privilégio, sendo assim, se faz preciso destacar a exclusão de quilombolas nos espaços de poder, como exemplo o acesso e permanência nas Universidades Federais do país, evidencia-se um quantitativo pequeno para ocupação desse grupo. Ao lidar com essa realidade que historicamente foi construída e permanece na nossa sociedade, temos o dilema da identidade desses sujeitos, advindo do processo de negação.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, no qual desenvolvemos um roteiro com questionamentos relativos às vivências dos sujeitos/colaborados da pesquisa, abrangendo elementos relacionados a trajetória acadêmica e as implicações da inserção na Universidade, que influencia na construção e apropriação da identidade quilombola.

De acordo com Meihy e Holanda (2017, p. 14):

Entrevista em história Oral é a manifestação do que se vivenciou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas como o propósito de registro torna-se fonte oral.

Desta maneira, evidenciou-se como quesitos fundamentais para os procedimentos técnicos do estudo, a utilização de fontes orais para a realização da entrevista, ao mesmo tempo que a análise dos dados coletados. Portelli (1997, p. 26) considera que a “História Oral não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade, a História Oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo”. Entendemos que essas especificidades que integram a História Oral como abordagem de pesquisa, tornam-se requisitos necessários referentes aos participantes do estudo, a ênfase na memória e o processo identitário.

As análises dos dados foram realizadas através de um percurso de reflexão, o que nos leva as narrativas coletadas nas entrevistas semiestruturadas, assim, traz contribuições acerca das implicações decorrentes da inserção de quilombolas no âmbito acadêmico, baseado nas trajetórias de vidas, juntamente, relacionadas aos aspectos históricos, ponderações das ideias e conceitos que possibilitaram contribuições necessárias para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Portanto, o preceito de categorização utilizado para as análises das narrativas dos sujeitos da pesquisa ocorreu através de 3 (três) situações específicas, considerando as suas trajetórias: 1) Acerca do processo identitário quilombola enquanto universitários/as, relacionado as implicações do contexto acadêmico; 2) Através da perspectiva da inserção na universidade, quanto ao sentimento de pertencimento a esse espaço de privilegio do conhecimento; 3) E por fim, o momento que se constitui como um lugar de história viva, no qual envolve os desafios do acesso e permanência desses universitários/as pertencentes a comunidade quilombola.

3.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Considerando os aspectos éticos e legais estabelecidos pela Resolução nº 510/2016, publicada no Diário Oficial da União, em 24 de maio de 2016, a pesquisa pautou-se “Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos” (BRASIL, 2016, p.1).

Diante disso, a pesquisa foi assegurada pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que consiste em um documento abrangendo informações cuja finalidade é esclarecer o objetivo da pesquisa, assim, o sujeito da pesquisa assinou o consentimento para

participar da pesquisa (APÊNDICE A). Sendo assim, se faz preciso mencionar que conforme as informações do TCLE, garantiu-se o respeito aos direitos e a privacidade dos sujeitos da pesquisa.

4 ANÁLISES DOS DADOS

Nesta seção da pesquisa será apresentada a trajetória acadêmica dos estudantes negros/quilombolas que participaram do estudo como colaboradores. Diante disso, a investigação buscou analisar as trajetórias acadêmicas, relacionando-a com o contexto social de origem e suas experiências.

Nesse sentido, aprofundamos as narrativas dos sujeitos da pesquisa a respeito do sentimento de pertencimento e quais foram/são as implicações do contexto acadêmico, em seguida, temos a exposição de algumas falas de como ocorreu o processo de inserção na graduação e como permanecer nesse âmbito de produção do conhecimento enquanto estudantes negros/quilombolas.

4.1 CONTEXTUALIZANDO O QUILOMBO DOS RUFINOS

O sertão paraibano possui um espaço e história única, principalmente, considerando a diversidade étnica, com povos tradicionais que valoriza ainda mais a formação do Estado da Paraíba. Dessa forma, mencionaremos em nossa pesquisa o Quilombo dos Rufinos¹⁴, situado no município de Pombal, no alto sertão paraibano, localizado no sítio São João I, aproximadamente a 16 km da Zona rural.

O espaço geográfico do município de Pombal-PB é bastante diversificado, com uma população de 32.803 mil habitantes entre zona urbana e zona rural. A paisagem é privilegiada pelas águas do rio Piancó/ Piranhas, a respeito das festividades são festas de cunho religioso, com destaque para a festa do Rosário, uma tradição secular que carrega consigo a história de resistência de um povo através da irmandade do Rosário e dos grupos culturais (Pontões, Reisado e Congos).

As narrativas sobre a formação da comunidade são baseadas na história de vida dos membros da família “Os Rufinos”, a exemplo disso, temos Maria Joaquina da Conceição (Mãe Quina) – filha de Antônio Rufino, ex-escravo. Era uma mulher negra, que produzia peças de barro, fazendo um trabalho belíssimo que garantia a sua sobrevivência e de sua família. Portanto, o lugar representa a identidade, a cultura e a organização de um povo. Assim, o Quilombo dos Rufinos se constitui como um espaço de liberdade e de existência, com a certidão

¹⁴ Certificada como um Quilombo Remanescente pela Fundação Cultural de Palmares, em 14 de junho de 2011.

emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), do Ministério da Cultura, torna-se um marco para “Os Rufinos”, enquanto comunidade remanente quilombola e um lugar de (re)existência.

4.2 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Com o propósito de valorizar os fundamentos éticos que envolvem a pesquisa científica, buscamos, selecionar codinomes para substituir os nomes dos participantes entrevistados, uma escolha que possibilita manter em sigilo a identidade dos sujeitos pesquisados. Diante disso, foram utilizados os seguintes nomes para a identificação dos entrevistados da pesquisa¹⁵: *Tereza de Benguela*, líder quilombola, aquela que ressignificou o papel da mulher negra na história do Brasil, Rainha do Quilombo; *Luiza Mahin* significa mulher negra, africana livre, trazida como escrava, lutou em defesa da liberdade e contra a escravidão. É tida como uma mãe preta; e por último, *Luís Gama*, intelectual negro – jornalista, advogado, rábula e escritor, é reconhecido como Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil.

Considerando que o Quilombo é um lugar de resistência, a escolha dos codinomes relacionou-se com algumas personalidades que fizeram a diferença na história do Brasil. Por isso, atribuímos aos sujeitos da pesquisa nomes que contribuíram significativamente contra a escravidão e suas heranças, assim, possibilitando o reconhecimento de pessoas negras/quilombolas importantes para a história da formação do Estado Brasileiro, e, com isso, demonstrar que os nomes representam a trajetória de luta e resistência de um povo.

Tereza de Benguela de 21 anos, estudante negra/quilombola da Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Pombal, graduanda em Engenharia de Alimentos. Tereza de Benguela, pertence a um contexto familiar pobre, onde morava com seus pais e uma irmã, natural da cidade de Pombal – PB. Sua trajetória Educacional ocorreu nas escolas públicas de Pombal. Ainda, ingressou no técnico em Edificações, e somente em 2020 que ingressou na graduação pela UFCG.

Luís Gama de 21 anos, estudante negro/quilombola da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras, graduando em História. A sua escolarização se deu e escolas públicas da cidade de Pombal. Luis Gama, advindo de um núcleo familiar pobre, onde morava com os pais e seus irmãos, ao término do Ensino Médio teve que ajudar na complementação da renda da família, assim, ingressou na graduação em 2021 na UFCG.

¹⁵ Portal Geledés. Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/17-pessoas-negras-da-historia-que-voce-nao-viu-na-escola/>. Acesso em: 9 de jan. 2023.

Luiza Mahin tem 23 anos, estudante negra/quilombola da Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Pombal, graduanda em Agronomia. Advinda de um contexto familiar pobre, natural da cidade de Pombal-PB. A sua formação educacional ocorreu em escolas públicas. Em seguida, conseguiu ingressar no ano de 2017, na graduação pela UFCG.

As experiências e os atores silenciados são dimensões que assumem o papel de marcadores de suas histórias e contribuem para enriquecer a trajetória de luta e, ainda, denunciar as diversas realidades de que são pessoas negras/quilombolas em um país que, a saber, silenciou seus ancestrais e os nascidos da resistência. À medida que se consolida, essa forma de percepção e representação constrói dificuldades sociais, da desigualdade até a entrada na universidade.

4.3 O PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO E AS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO ACADÊMICO

A trajetória de vida da estudante Tereza de Benguela inicia-se no Sítio São João I, zona rural da cidade de Pombal – PB, lugar que, atualmente, possui um Quilombo reconhecido pela Fundação Cultural de Palmares. Em sua fala, nos diz que pertencia a um contexto familiar marcado pela instabilidade financeira e que a maioria de seus familiares não teve acesso à Educação. A respeito da sua história de vida no Quilombo, Tereza de Benguela (21 anos, grifos nossos) relata que:

[...] nasci e me criei na zona rural, morava com meu pai, minha mãe e minha irmã e próximo da gente, bem próximo morava a maioria dos meus parentes, e (...) na infância a gente brincava, eu e todos os meus primos a gente brincava (...) ia pro rio, e aqui no sítio só tinha um grupinho escolar que era onde a gente iniciou os estudos. E as festas daqui, da zona rural, era (...) acho que a maioria das festas aconteciam na casa da minha avó, a maior parte dessas festas, eram festas religiosas.

Os relatos de Tereza de Benguela condizem com a realidade de muitos jovens negros/quilombolas que fazem parte do Quilombo dos Rufinos, semelhante à do Luiz Gama, pois, os componentes da família na busca de tornar-se negro/quilombola, enfatizam a relação estabelecida com aqueles que vivem nesse mesmo lugar e o próprio espaço do qual falam que representa a sua história.

O percurso de vida do estudante Luiz Gama teve início no Sítio São João I, Zona Rural de Pombal – PB, território do Quilombos dos Rufinos. Advém de um contexto familiar pobre e que na busca por ajudar a complementação da renda da família, teve que trabalhar na diária.

Sobre a sua vivência no Quilombo, Luiz Gama reafirma que: “*a minha história de vida no quilombo é (...) que nasci e me criei aqui, nunca quis sair daqui (...) a vivência tá muito boa*”. Assim, entende-se que o contexto em que Luiz Gama se retratava, está intrinsecamente ligado a uma herança histórica dos seus ancestrais que marcou o modo de viver do seu povo, criar raízes e desfrutar da terra.

Nesse sentido, a trajetória de vida da estudante Luiza Mahin em alguns momentos se assemelha com os relatos mencionados pela estudante Tereza de Benguela, pois, as adversidades sociais, também, estão presentes no contexto social de origem e no seu núcleo familiar.

O percurso de Luiza Mahin tem início no Sítio São João II, zona rural da cidade de Pombal – PB, sendo que na sua infância, passou a maior parte de suas vivências no Quilombo dos Rufinos, lugar em que pertencia aos seus familiares. Assim, como os demais estudantes, advém de um contexto familiar pobre em que as condições de acesso à Educação foram negadas, conseqüentemente, provocou dificuldades para a inserção no espaço educacional.

Analisemos, portanto, as semelhanças oralizadas pelas estudantes negras/quilombolas entrevistadas, na qual caracterizam a sua história de vida no Quilombo, baseada no significado de viver em comunidade. Luiza Mahin (23 anos, grifos nossos) diz que:

Nosso cotidiano era bem simples, ia pra escola Severino Macena Dantas lá do sítio mesmo quando saía de lá gente ia pra casa do meu avô, passava bastante tempo lá brincando, minha casa era um pouco distante da casa do meu avô, aí a gente ia a pé mesmo pra casa ou de bicicleta (...) tinha as (...) festas religiosas na casa de chica que é irmã do eu avô (...) era bem divertido lá que a gente além de demonstrar a fé né (...) é (...) fazer brincadeiras tradicionais da região (...) e é isso.

Ao relatar sobre as primeiras memórias relacionadas a sua vivência no Quilombo, Luiza Mahin, entende o quanto a questão de reconhecer-se como negro/quilombola é importante para a sua família, em seguida interliga essa narrativa com a consolidação da família como uma unidade social.

Assim, o quilombo na perspectiva da contemporaneidade compreende diversas discussões e limitações que trazem novos significados para repensar o processo de integração social desses sujeitos. Sendo assim, os quilombos contemporâneos são a memória entre o passado e o presente, um processo complexo que permeia o reconhecimento identitário, cuja identidade étnico-racial os distinguem das demais pessoas da sociedade (DELGADO, 2003).

Entendo que a processo identitário étnico- racial está diretamente associado a resistência, dessa forma, essa construção de reconhecer-se como, negro/quilombola, é, portanto,

um ato de afirmação, no sentido de expressar as diversas formas que, compreendem a dinâmica social que existe na sociedade, das quais afetam as relações e ainda a sua existência.

Ao ser questionada sobre a representação do quilombo na sua vida, Tereza de Benguela, afirma: *“Então, o quilombo pra mim significa a minha origem, de onde eu realmente vim”*. Nesse sentido, o lugar de origem da Tereza de Benguela e as suas condições de vida, como uma construção social, podem ser compreendidas a partir da realidade que lhe conferem sentido, de forma singular. Como foi o caso do discente Luiz Gama (21 anos), que as suas raízes se manifestam através das vivências no quilombo, ele afirma que: *“O quilombo aqui (...) representa pra mim a primeira casa e (...) um estilo de vida”*.

No entanto, encontra-se como possibilidade de ser aplicada nas dimensões coletivas, ou seja, a condição de Tereza de Benguela e Luiz Gama se constitui como anúncio, constatação e afirmação a respeito da realidade vivenciada na sociedade brasileira aos demais jovens negros/quilombolas (MACEDO, 2013).

Nos relatos da estudante Luiza Mahin ao falar sobre a sua trajetória de vida, enfatiza o “sentimento de união”, com essa afirmação temos a representação do quilombo para a sua vida.

União (...) sempre que íamos pra lá estávamos lá é (...) tinha esse sentimento de união porque era quando a gente ficava com nossa família (...) é (...) falávamos das histórias de nossa família, sobre como foi que chegamos lá (...) a gente brincava junto, eu e as outras crianças, até agora também quando a gente vai pra lá é (...) sempre pra se unir, ficar todo mundo junto, conversar, é isso união (grifos nossos).

Em síntese, entende-se que as narrativas realizadas pelos estudantes entrevistados corroboram com a perspectiva de que o lugar é uma categoria de análise para a discussão dos quilombos remanescentes, pois, o discurso a respeito da sua identificação é interligado as vivências do lugar que, possibilita a partilha dessa ideia de “povo” (PAIXÃO; CARVANO, 2008). E nisso, o discurso de Luiza Mahin, Tereza de Benguela e Luiz Gama se assemelham baseado nessa perspectiva de recriação do lugar e de seu pertencimento étnico-racial.

Compreendendo a complexidade do processo identitário, os relatos da estudante Tereza de Benguela refletem o marco de sua vida que fez ela assumir o seu pertencimento étnico, enquanto remanescente de uma comunidade quilombola, nos diz que: *“Acho que o marco principal foi quando a comunidade foi realmente reconhecida, e aí a gente se reunia pra falar sobre questões de o que é ser um quilombola remanescente e ver algumas ações voltadas pra melhoria da comunidade[...]*”.

Temos, ainda, o posicionamento da Luiza Mahin: *“Foi quando nos foi dado o título de comunidade quilombola, até então, já sabíamos que tinha toda uma história de ser pessoas*

negras e tal, mas não era uma coisa que não era reconhecida (...) pelos arredores. E quando a gente recebeu esse título é (...) foi como um abrir de portas". É notório nos relatos das entrevistadas o quanto o reconhecimento pelo Estado através da titulação foi significativo e que contribui com a noção de identidade negra/quilombola.

Entretanto, os relatos do estudante Luiz Gama refletem diretamente na perspectiva dos antepassados, ele relata que: *"Bom (...) através das histórias que minha tia contava que teve um parente de nós (...) que foi escravo [...]"*, a expressão "escravo" denota que os fatores históricos que provocaram a negação da existência de pessoas afrodescendentes, interliga-se ao reconhecimento de si enquanto pessoa negra e quilombola.

Com relação, ao contexto social de origem e o núcleo familiar, a discente Tereza de Benguela afirma que foram fatores importantes que diretamente tem influenciado no contexto acadêmico, relata que: *"Então, eu acho que isso influenciou positivamente porque eu pude enxergar todas as dificuldades que a gente viveu, eu e minha família e daí é (...) criei forças para tentar mudar essa realidade (...) melhorias pra minha vida e da minha família"*. Em seus relatos a estudante Tereza de Benguela ao contar sobre a sua trajetória, em alguns momentos enfatiza "as dificuldades", a partir disso, é possível, o reconhecimento de uma trajetória acadêmica, conflituosa, tensa e de negação.

Para além da questão das dificuldades no seu contexto de origem, a estudante Luiza Mahin traz também algumas questões para a reflexão, com relação ao seu pertencimento, e ainda diz que: *"[...] entrei na universidade justamente por ser quilombola, fiz o exame nacional né, do ensino médio consegui uma nota suficiente pra entrar na universidade, porém, entrei por cota e (...) justamente por ser um quilombola que eu entrei na vida acadêmica"*. Ainda sobre as experiências no seu contexto social de origem, o estudante Luiz Gama interliga a sua vivência como um fator determinante para ingressar na vida acadêmica.

É importante considerar na fala de Luiza Mahin, a questão do ser quilombola, pois foi a partir de sua afirmação enquanto negra/quilombola que ela reconheceu o seu direito à Educação em nível superior. Apesar dos diversos fatores sociais e históricos, Luiza Mahin ressalta que a vida acadêmica é resultado do seu pertencimento. E de acordo com Souza (2008, p. 82), "A resistência como ato político também está presente no corpo e nos signos que caracterizam o sujeito quilombola", a partir da perspectiva de ser quilombola, é possível construir a noção de direitos e deveres quilombolas, e ela ainda apresenta a identidade de resistência negra/quilombola para reivindicar o seu lugar no âmbito acadêmico.

Dessa forma, a legitimidade de afirmar-se como diferença é a base para discussão do lugar do negro/quilombola na universidade. Considerando as especificidades da Lei 12. 711 de

2012, observamos que a estudante Luiza Mahin, apresentou a sua inserção através da Lei de Cotas, na qual participou pelo grupo L2¹⁶ que significa candidatos que se autodeclararam como pretos, pardos ou indígenas, e no caso de Luiza Mahin, evidencia seu pertencimento identitário como negra/quilombola. Acrescenta-se, ainda, outros fatores relevantes para fazer parte desse grupo, como: possuir uma renda familiar bruta per capita igual ou inferior 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Portanto, pode-se ressaltar a importância de discutir a responsabilidade da universidade para agir afirmativamente com os estudantes negros/quilombolas. Para tal, será necessário entender a perspectiva da inserção dos/as estudantes negros/quilombolas na universidade o que envolve as vivências para permanecer nesse espaço de privilégio de produção do conhecimento.

4.4 A TRAJETÓRIA NA GRADUAÇÃO: O ACESSO DOS/AS ESTUDANTES

A democratização do acesso ao Ensino Superior é uma discussão emergente e complexa que determina ao sistema nacional de educação um princípio fundamental. Considerando que, esse espaço direciona-se a uma parcela minoritária, ainda temos o recorte étnico-racial, conseqüentemente, apresenta-se um quantitativo menor de negros/quilombolas. Assim, existem algumas conseqüências para esse cenário desigual. Seja no quesito das vivências no espaço universitário e, ainda, as implicações nesse cenário de produção do conhecimento e seu pertencimento, algo que percebemos nas falas dos colaboradores da pesquisa.

Com relação aos fatores que influenciaram na decisão de ingressar no Ensino Superior a estudante Luiza Mahin relata que:

Entrar no mercado de trabalho (...) é (...) esse já era o sonho da minha família de cursar o ensino superior (...) é de uma de suas filhas cursar o ensino superior (...) é a questão de receber uma bolsa pra auxiliar no estudo foi muito importante né porque minha família é (...) eu sou de família humilde e se fosse pra mim entrar numa universidade por (...) ser sustentada pelos meus pais seria uma coisa bem complicada, sabendo que tinha uma bolsa ajudou bastante nessa decisão (grifos nossos).

A estudante Luiza Mahin em seus relatos afirma que a principal razão para ingressar na universidade é relacionado a busca por oportunidades, a exemplo disso, a participação no mercado de trabalho para melhorar as suas condições de vida. Luiza Mahin ainda menciona a

¹⁶ L2 – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

importância das ações afirmativas, sendo a responsável por garantir a sua permanência num curso de nível superior, relacionando-a a questão do seu contexto socioeconômico.

Ainda sobre as condições que influenciaram para frequentar o Ensino Superior Tereza de Benguela fala que, *“Bom, eu acho que foi justamente, a partir da minha percepção das (...) de todas as dificuldades vividas da minha família de tentar sustentar eu e minha irmã, eu vi como era difícil isso e eu queria mudar essa realidade, trazer melhorias econômicas pra mim e pra minha família”*.

Assim como Tereza de Benguela, Luiz Gama percebe que a inserção no ensino superior pode contribuir de forma positiva para a sua vida, de modo que: *“Através da melhoria para minha vida financeira e social (...) a partir da entrada na UFCG com o curso que escolhi”*.

Dentre as implicações de partilharem dessa experiência de jovens negros/quilombolas na universidade, os desafios para permanecer no espaço universitário também estão interligadas as suas condições étnico-raciais. O pertencimento identitário associado a perspectiva da resistência perante as desigualdades sociais e raciais da sociedade brasileira, refletem diretamente no lugar do negro/quilombola nesse espaço de construção do conhecimento. Neste sentido, é interessante ressaltar como foi a escolha do curso de graduação das entrevistadas. Tereza de Benguela, relata que:

Então, é o curso de Engenharia de Alimentos não era minha primeira escolha, mas, como tem um campus dentro da cidade de Pombal que oferece esse curso e que (...) por conta da distância que (...) eu ficaria mais próximo da minha família e seria mais fácil pra mim (...) eu tomei essa decisão de escolher esse curso (grifos nossos).

Ao rememorar a sua escolha do curso de graduação a estudante Tereza de Benguela, aponta fatores importantes que são semelhantes à da estudante Luiza Mahin, igualmente como Luiza Mahin, Tereza de Benguela decidiu escolher esse curso pelo fato de ter vagas na universidade federal, na qual tem um campus em sua cidade e a possibilidade de ascensão social por meio dos estudos, Luiza Mahin diz que:

Eu escolhi o curso de Agronomia, bacharelado em agronomia, tanto por não ter muitas opções aqui e (...) como essa foi a única que mais (...) eu me senti mais humm (...) era mais parecido comigo, com a minha vivência que (...) é (...) lá na nossa comunidade é, faz os plantios por subsistência, mas, não tem nenhuma pessoa que tenha um conhecimento realmente adequado, eu pensei em melhorar essa condição. E como não tinha o que eu queria fazer aqui na minha cidade mesmo (...) eu escolhi esse (grifos nossos).

Compreendendo que a democratização da Educação Superior, de fato deve garantir a inserção de todos, a estudante Luiza Mahin, reconhece o quanto foi importante para ela, a vaga

remanescente disponível em uma universidade pública. Apesar das adversidades daquele momento, essas experiências foram/são fundamentais na sua trajetória acadêmica.

Nos relatos do estudante Luiz Gama, a escolha do curso de graduação espelha-se na busca por aprofundar seus estudos, ele diz que: *“Bom, primeiramente é que eu gosto muito de estudar a história dos povos passados e isso(...) virou um certo gosto pela história e isso me fez ingressar na UFCG para me tornar um historiador”*. A partir da curiosidade com base no conhecimento científico, o entrevistado entende-se como indivíduo de direitos no espaço de construção dos saberes.

Quando Silvério (2007, p. 8) afirma que os indicadores de desenvolvimento humano influenciam diretamente no cenário desigual da educação brasileira, ele reafirma que, a “saúde, mobilidade socioeconômica, consciência política, exercício da cidadania, respeito aos direitos humanos, consciência dos direitos individuais, coletivos, etc. são umbilicalmente relacionados com a educação”. Aspectos dos quais estão presentes nas falas dos estudantes negras/quilombolas entrevistados. Portanto, é necessário enfatizar a relevância e as dificuldades para frequentar o âmbito universitário.

Sobre o momento de inserção na graduação, os estudantes relataram que, adentrar o espaço acadêmico está relacionado a condição de adaptação:

Foi no ano de 2017, é (...) iniciando, é, eu não tinha bolsa, tudo que eu precisava foi custeado pela minha família, a questão de transporte e de materiais necessários para o estudo foi tudo pela minha família! O meu primeiro período foi um período bem (...) difícil porque eu tive que me adaptar, começar a entrar no ritmo da faculdade que era uma coisa que eu nunca tinha visto, afinal eu tinha acabado de sair do ensino médio, foi bem complicado né, mas, acabou que deu certo né (Luiza Mahin, grifos nossos).

Foi no ano de 2022, através do programa SISU e (...) entrei pela ampla concorrência. Bom, o processo se deu (...) que eu digo é (...) que eu me deslocava da minha residência para o ponto do ônibus que era fornecido pela prefeitura municipal da cidade de Pombal e (...) que (...) levava até a UFCG. No primeiro dia (...) pra mim foi muito ruim, eu não conhecia ninguém e (...) daí fui me acostumando (Luiz Gama, grifos nossos).

É (...) em 2020, foi um período (...) hum (...) no início foi complicado porque eu tive que sair da zona rural, sair da minha casa e ir morar com minha tia na cidade porque não tinha transporte pra me trazer e me levar da faculdade, aí eu tive que morar na cidade, e aí junto com isso teve a pandemia, eu tive uns 15 dias de aula (...) e aí (...) parou tudo por causa da pandemia e aí (...) começou um período extraordinário, que seria as aulas on-line, aí eu voltei novamente pro sítio, e no sítio eu tive que me adaptar a essas aulas (Tereza de Benguela, grifos nossos).

Neste sentido, quando os estudantes se referem ao termo “adaptar”, isso remete a questão das condições de permanecer na universidade enquanto negros/quilombolas, estabelecendo a representação do recorte étnico-racial, sendo que, existir no ambiente acadêmico torna-se um ato de resistência, pois as desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade contribuem para que a educação seja um espaço de exclusão, pautado nessa perspectiva as ações afirmativas surgem para ressignificar o acesso ao ensino Superior. Isto reflete nos aspectos fundamentais da sua trajetória acadêmica e de vida dos estudantes, como: moradia, transporte, alimentação, bolsas, materiais e, ainda, projetos de extensão.

Assim, os entrevistados afirmam que foram se adaptando às condições que tinham baseado na realidade que viviam, para ingressar na graduação, sendo que, essa atitude apresentava singularidades, pois a entrada na universidade representava para eles/as e a sua família um sonho realizado e, ainda, as inúmeras possibilidades de melhoria de vida, devido a sua inserção numa universidade pública, com a probabilidade de ascensão no mercado de trabalho. Diante disso, a noção de identidade negra/quilombola para os estudantes, está interligada as subjetividades de suas vivências, que colaboram com a perspectiva do quilombo ao ensino superior.

Desse modo os sujeitos colaboradores da pesquisa puderam falar a respeito dos momentos marcantes de sua trajetória acadêmica, neste sentido, é interessante abordar que semestre eles/as estavam cursando. Conforme relato de Tereza de Benguela:

Eu estou cursando o quarto semestre, é (...) estou um pouco atrasada no curso porque eu tive que trancar algumas disciplinas e até perdi (...) é (...) algumas disciplinas, cadeiras por conta justamente do período extraordinário que era on-line, e eu não tinha nenhum suporte, como: internet, é (...) computador não tinha, era tudo pelo celular, com internet dos dados móveis, então, foi muito difícil pra mim (grifos nossos).

A partir desse relato se manifesta as dificuldades da estudante Tereza de Benguela, quanto as especificidades do âmbito universitário e as adversidades enfrentadas na pandemia, como por exemplo, a demanda de acesso a internet de qualidade para participar do período extraordinário nas aulas virtuais. Diante do exposto, é necessário enfatizar que essas vivências de Luiz Gama se assemelham com as experiências de Tereza de Benguela. Ele diz que: “Atualmente estou cursando o segundo semestre”, encontrando-se no início da graduação. Luiza Mahin traz ainda outras questões para a reflexão:

Bom, isso (...) essa pergunta um pouco (...) é bem complicada, porque (...) né (...) a minha vivência no curso acadêmico foi bem difícil, além de ter esse choque de realidade com a troca de vivências no ensino lá (...) é, seguir o ritmo da universidade (...) é eu tive uns problemas com a pandemia né, no

último ano da pandemia eu engravidei o que dificultou bastante e, no início eu tinha muita dificuldade de (...) eu não podia ficar na questão das monitorias que tem (...) porque eu dependia de um transporte de apenas uma pessoa que me levava para casa e tinha um horário para essa pessoa me levar, então, eu não podia sair desse horário, não podia chegar mais tarde em casa, assim, por causa da distância de casa pra universidade. Então, eu tive que (...) ficar estudando sozinha e (...) estava bem difícil, eu perdi várias cadeiras, por isso que o período que eu estou é meio indefinido. Já era pra mim estar no decimo ou nono, mas, como tem cadeiras perdidas, tô seguindo aí sem um período indefinido (grifos nossos).

Esta fala nos revela uma questão fundamental da trajetória acadêmica da Luiza Mahin, para além das semelhanças observadas nas falas das entrevistadas, perceber-se nos relatos de Luiza Mahin, a experiência de ser mãe na graduação, ressaltando as dificuldades vivenciadas por ela, sobretudo, de reconhecer-se enquanto mãe universitária.

Diante disso, é necessário enfatizar que a universidade é de todos e para todos, pois é um espaço que deve acolher a pluralidade de ideias existentes e também, a diversidade. Além disso, assegurar a equidade de acesso e permanência das mulheres acadêmicas. Tendo em vista que, a universidade tem um compromisso com todos/as estudantes que ingressaram nesta instituição de ensino.

4.4.1 Os desafios de ser negro/quilombola no Ensino Superior

Ao falar sobre os desafios de estudantes negros/quilombolas no espaço universitário, se faz preciso analisar a questão do acesso e permanência na Universidade, assim, fazendo com que seja perceptível as interseções em suas trajetórias. Desse modo, percebemos que estudantes colaboradores apresentaram implicações no caminho da graduação, ou seja, o ingresso na graduação, considerando o contexto sociocultural, econômico e étnico-racial.

As experiências de Tereza de Benguela quanto as dificuldades vivenciadas durante a sua trajetória na graduação, associa-se ao seu contexto econômico e étnico-racial, pois ela diz que “Então, a maior dificuldade é (...) a dificuldade financeira porque meu curso é integral, e eu não tenho condições de manter um emprego[...]”, sendo assim, a estudante Tereza de Benguela reconhece que a sua condição social interligada ao fato de uma educação em período integral, constitui-se como um determinante com relação a sua perspectiva de vida acadêmica.

Para o estudante Luiz Gama, as dificuldades vivenciadas durante a trajetória na Graduação relacionam-se aos aspectos que garantem a sua permanência no curso. Ele fala que: “Ah (...) dificuldade (...) pra mim foi que eu não tinha um notebook para realizar os trabalhos

e também (...) não tinha acesso à internet de qualidade”, problemas relacionados a questão socioeconômica, sendo obrigado a conciliar o trabalho com estudo”.

A respeito de quais foram/são dificuldades vivenciadas durante a trajetória na graduação, enquanto negra/quilombola a estudante Luiza Mahin relata que:

A disponibilidade de tempo para as atividades acadêmicas por que depois que virei mãe meu tempo ficou bem corrido e, por mais que minha família me ajude com minha filha (...) isso já é uma dificuldade. Logo quando eu tive ela, que eu tive que deixar a primeira vez, eu não consegui me concentrar em aula nenhuma praticamente perdi um período, porque eu não conseguia (...) é não podia é (...) para os projetos de extensão (...) essas coisa (...).e pelo curso ser diurno ocupa muito tempo na sala de aula (...) e lá não tem tantas aulas práticas assim que deveria ter e, aulas é (...) laboratoriais são escassas e quando tem geralmente não tem os objetos que precisa ter e as substancias que precisa ter uma aula mais completa (grifos nossos).

Apesar das estudantes Tereza de Benguela e Luiza Mahin enfatizarem a questão de o curso ser diurno com relação as suas vivencias na universidade, Luiza Mahin ressalta que o quesito disponibilidade de tempo é algo direcionado a sua experiência de mãe universitária. Em seus relatos também afirma que existe uma rede de apoio para o acolhimento de sua filha, no entanto, interliga o cumprimento de participação nas aulas com a explícita ausência de objetos e materiais para as aulas práticas, desta forma afetando o desenvolvimento das aulas. Nessa perspectiva, a narrativa da jovem universitária compreende a difícil realidade de tornar-se mãe no espaço universitário e, ainda, o exercício de conciliação entre o eu-mãe e o eu-universitária.

Tendo em vista a sua experiência vivida dentro da Universidade e a relevância para sua vida pessoal e acadêmica, Luiza Mahin relata: *“Ah (...) bem ruim, foi lá que eu adquiri ansiedade quase depressão é (...) que além da vivencia na universidade ser bem mais puxada a pessoa tem que lidar com a casa, ser dona de casa, ser mãe e a universidade é uma coisa que mexe muito com o psicológico”.*

No entanto, para a estudante Tereza de Benguela, esse contexto significa uma conciliação entre a condição de resistência e as adversidades do cotidiano universitário, ela diz: *“É (...) acho que o que foi vivido na faculdade, foi muitos, muitos momentos difíceis e que isso vai me tornar mais forte pra lutar pelos meus direitos, pela minha Educação pela minha família e pela minha carreira”.* Seguindo essa linha de raciocínio, o estudante Luiz Gama, ressalta que: *“Bom minha experiência dentro da universidade é que (...) os professores são bons, fiz bastante amigos lá (...) e isso é o que importa né”,* é uma realidade diferente, no sentido de contribuir para sua formação.

Com relação a esses significados relatados pelos estudantes entrevistados, evidencia-se o quanto é necessário atitudes que assegurem a permanência e a qualidade do seu desempenho na comunidade acadêmica. Este aspecto é fundamental, pois, reivindica os direitos dessa população negra/quilombola, a saber, atender as demandas desses sujeitos que ingressam no Ensino Superior como um privilegiado.

Assim, quando questionamos: alguma vez você trancou seu Curso de Graduação ou alguma disciplina do seu Curso, Luiza Mahin comenta que: *“É (...) o curso em si não tranquei nenhuma vez, mas, as disciplinas sim, mediante esses problemas que eu citei anteriormente”*. Diante disso, ela enfatiza o quanto a bolsa permanência que é um programa nacional destinado a população quilombola tem sido importante para concluir sua formação acadêmica, ela diz que: *“A bolsa permanência do MEC¹⁷ essa foi a razão que nos momentos em que eu pensava em desistir ela me salvava”*.

A respeito disso, Luiz Gama, menciona que: *“Não (...) trancar não tranquei. Mas, eu perdi uma cadeira, no primeiro período”*. Considerando a questão da existência de ações específicas para estudantes quilombolas, ele comenta que: *“Dentro da universidade não, tem a nível nacional que é a Bolsa Permanência”*, acrescenta ainda, no seu relato que tentou participar dessa bolsa, porém, o quantitativo de vagas não foi suficiente para a demanda. Ele ressalta que: *“A ação que me ajuda a continuar no curso é (...) que eu consegui depois de um tempo ser aprovado no auxílio do PAEG, ajuda a mim a custear com xerox e alguns lanches na faculdade (...) e só”*.

Temos, ainda, o relato de Tereza de Benguela: *“Sim, algumas vezes justamente pela falta de suporte. Por conta da pandemia que foi justamente quando eu precisei de computador, de internet e tinha algumas disciplinas que, do meu curso que era obrigatoriamente necessário nessas coisas e eu (...) não tinha como”*.

Ao refere-se as ações específicas para estudantes quilombolas, ela responde que: *“Não, é (...) na faculdade existe a bolsa permanência que é a nível nacional, então, dentro da faculdade mesmo não existe nada para quilombolas”*. E quanto as ações universitárias que favorecem a sua permanência no Curso de Graduação: *“Bom, tem o PAEG, mas, como eu já disse ele não é específico para quilombolas é para pessoas vulneráveis. Mas, que ele me ajuda bastante na minha permanência na faculdade”*.

É neste momento que se torna fundamental compreender se a Universidade e o Curso de Graduação das entrevistadas dialogam com os saberes da população negra/quilombola,

¹⁷ MEC – Ministério da Educação.

ambas as estudantes relatam que não percebem iniciativas que busquem envolver esses sujeitos ou que desenvolvem projetos destinados a comunidade quilombola.

Entretanto, os relatos de Luiz Gama, distingue-se em parte da fala de Tereza de Benguela e Luiza Mahin, sendo que, o entrevistado Luiz Gama afirma que a Universidade e o seu curso dialogam com os saberes da população negra/quilombola, através de palestras, trabalhos e seminários, entre outros. Como é possível notar, na fala de Luiza Mahin e dos outros entrevistados apresentados até o momento, não são poucas as dificuldades/adversidades encontradas para permanecer na universidade.

Diante disso, é necessário ressaltar como o Ensino Superior contribuiu no processo de pertencimento identitário das entrevistadas, Luiza Mahin afirma que: *“Contribui na forma de que a cada pessoa quilombola que entra em uma universidade ela já consegue um lugar maior na sociedade, não só pra ela, mas, para a comunidade negra, no geral”*. O estudante Luiz Gama, enfatiza que: *“Contribui no meu conhecimento (...) no fortalecimento da minha identidade porque eu pesquiso mais e (...) aprendo a respeito”*.

No entanto, na fala de Tereza de Benguela: *“Bom, eu não vejo que ele contribui porque eu já me identificava como negra, como quilombola”*, nota-se um vínculo afetivo com o ser negra/quilombola com base em sua trajetória de vida, de não ter influência com a sua inserção na graduação.

Neste sentido, não é apenas ocupar este espaço enquanto negros/quilombolas, mas sim entender o que é a identidade de resistência, baseada na consciência étnico-racial pautada na exclusão (MUNANGA, 2020), assim, apesar de todas as implicações sobre a realidade vivenciada pelos estudantes negros/quilombolas no espaço universitário, a questão é edificar posturas mais solidárias para que todos encontrem seu lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos as considerações finais dessa pesquisa fazendo uma aproximação dos leitores a respeito das trajetórias de vidas dos sujeitos entrevistados, de direitos que fazem parte de um quilombo contemporâneo e, adentram o ensino superior. Diante disso, é necessário priorizar as demandas e limitações que o acesso e a permanência de universitários negros/quilombolas vivenciam no âmbito acadêmico.

Quanto a fase de aplicação do instrumento de pesquisa, a princípio tivemos que lidar com a dificuldade de colaboração dos sujeitos quanto a aceitação para participar da pesquisa, tendo em vista, o planejamento utilizado para a coleta de dados mediante as entrevistas semiestruturadas. E ainda, percebe-se a necessidade de realizar uma observação de campo na instituição de ensino com o intuito de obter informações que comprovem os critérios de identificação dos sujeitos. A partir disso, relacionamos esses quesitos com os resultados obtidos na pesquisa, reconhecendo a importância de ampliar a quantidade de participantes pesquisados.

Nessa perspectiva, uma das inquietações que possibilitaram o desenvolvimento desse estudo corresponde ao lugar do corpo negro/quilombola na universidade, e a partir dessa reflexão analisar a trajetória acadêmica dos universitários negros/quilombolas, do Quilombo “Os Rufinos”, desta forma, as memórias das vivências dos estudantes entrevistados na universidade contribuem para atribuir ao espaço universitário, em parte, a responsabilidade de poucos estudantes negros/quilombolas ocupando esse espaço de conhecimento.

Desse modo, podemos ressaltar que compreendendo como foi o ingresso dos universitários negros/quilombolas é possível entender que a questão do quilombo e o ensino superior ganha novos contornos desencadeados pelas tensões provocadas para assegurar a efetivação da consciência de direitos, sendo que, reconhecer-se enquanto negro/quilombola significa um ato de resistência. Assim, pensar a respeito do ser negro/ quilombola no espaço acadêmico torna-se um caminho importante para discutir o direito a Educação e, conseqüentemente, a superação do racismo e das desigualdades étnico-raciais.

Considerando as análises no presente estudo a partir dos relatos das estudantes colaboradoras, observou-se que a população negra/quilombola representa um grupo minoritário nas instituições de Educação Superior, neste contexto ocorre que as dificuldades encontradas pelos mesmos na sua trajetória desde o ingresso influenciam diretamente em sua permanência na graduação. Neste sentido, essa discrepância, é notória em razão do reflexo dessa lacuna existente no processo de democratização do ensino, tendo em vista que o ensino superior se constituía como algo intangível para esses sujeitos.

Através da pesquisa foi possível identificar políticas sociais apresentadas pelo estado com o intuito de solucionar essa questão de inacessibilidade, sendo assim, podemos citar a questão das cotas raciais que são importantes para o ingresso da população negra/quilombola no ensino superior, a saber, uma reparação histórica, prova disso são as respostas dos entrevistados ao afirmaram que o ingresso se deu através dessa ação afirmativa. Contudo, percebe-se que tais medidas são insuficientes para sanar tal problemática, uma vez que o índice de alunos negros/quilombolas nas universidades é minoritário.

Acrescenta-se, ainda, que esses não são os únicos fatores que dificultam o percurso da população negra/quilombola no âmbito universitário, podemos citar, outras problemáticas como: a falta de ações e projetos destinados a esses sujeitos dentro da instituição; o quantitativo de bolsas concedidas para a permanência desses estudantes; a necessidade da realização de debates a respeito da questão étnico-racial como pauta importante na sala de aula e dentro da universidade e a dificuldade de conciliar as atividades acadêmicas com a colaboração em pesquisas e extensão para vivenciar o tripé *ensino, pesquisa e extensão* e principalmente, o deslocamento de sua comunidade até a universidade. Todas essas demandas influenciam de forma direta ou indireta em razão de sua permanência no âmbito acadêmico.

Logo, o espaço universitário apresenta limitações a respeito da temática diversidade étnico-racial, havendo implicações das quais envolve o pertencimento e a inserção na graduação dos estudantes negros/quilombolas, no entanto, temos o fator de resistência que contribui para que de forma efetiva e respeitosa a universidade se torne um lugar que possa romper com a exclusão e silenciamento da população negra/quilombola.

Portanto, essa pesquisa é relevante e demonstra que ainda se faz necessário desconstruir e desmistificar alguns paradigmas que inviabilizam o lugar dos negros quilombolas na educação superior. Em consonância a esta reflexão ressaltamos que esse estudo garante passos importantes para pensar o ensino superior para os quilombolas e incitar outras tantas reflexões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. Manaus: UAE Edições, 2011.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de. LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2013. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília, p. 4, 21 de nov. 2003, Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4887-20-novembro-2003-497664-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 maio 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 13 jul. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio. 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Quilombo: patrimônio cultural histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 129, p. 158-167, nov./fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14999>. Acesso em: 21 mar. 2022
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral: Revista da Associação Brasileira e História oral**, São Paulo, v. 6, p. 9-25, jun./jul. 2009.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Niterói, v.12, n. 23, p. 100-122, abr./mar. 2007.
- EVARISTO, Conceição. Do velho ao jovem. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei**

Federal nº 10.639/03. Augusto dos Santos (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GRUPPI, Luciano. A concepção do estado em Marx e Engles. **Tudo começou com Maquiavel:** As concepções de Estado em Marx, Engles, Lênin e Gramsci. 14. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1996.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. Cor e Raça. In: SANSORE, Livio, PINHO, Osmundo Araújo (org.). **Raça:** novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 3, n.16, p. 965-977, set./dez. 2008.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo, Diversidade e Equidade:** Luzes para uma educação intercristica. Salvador: EDUFBA, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabiola. **História Oral:** como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. Contribuições para pensar e fazer a história local. **História local:** contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MOURA, Clóvis. **Quilombos:** resistência ao escravismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo.** 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor, 2002.

PAIXÃO, Marcelo. CARVANO, Luiz Marcelo. Censo e demografia: A variável cor ou raça nos interior dos sistemas censitários brasileiros. In: SANSORE, Livio, PINHO, Osmundo Araújo (org.). **Raça:** novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 15, p. 13-49, abril. 1997.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: Pacheco, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da. (org.). **O negro na universidade:** o direito a inclusão. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: Panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Brasília, 2008a. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2130/1/2008_BarbaraOliveiraSouza.pdf Acesso em: 2 abr. 2022.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE – A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada: “Do Quilombo ao Ensino Superior: As experiências de universitários/as pertencentes à Comunidade Remanescente Quilombola “Os Rufinos” de Pombal-PB”, orientada Prof.^a Dr.^a Viviane Guidotti Machado e coordenada pela pesquisadora Edilene Barbosa Santos, discente matriculada no Curso de Pedagogia, Centro de formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo geral: Analisar a trajetória acadêmica dos universitários/as pertencentes à Comunidade Remanescente Quilombola “Os Rufinos” de Pombal-PB. A pesquisa se justifica e se faz necessária a partir da relevância social sobre o tema, pela necessidade do enriquecimento de reflexões no campo da Educação trazendo como público-alvo a população negra quilombola. Assim, possibilita compreender a realidade existente sobre os nossos corpos negros quilombolas na universidade como pressuposto para o aquilombamento enquanto sujeitos/as de direitos.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao seguinte procedimento: participará de uma entrevista semiestruturada. Aos sujeitos que participarão da entrevista semiestruturada os potenciais riscos e incômodos que esta pesquisa poderá acarretar são: desconforto durante a entrevista, invasão de privacidade, tomar o tempo dos participantes e ainda desencadear cansaço ou tensão. No entanto, medidas serão tomadas para minimizar esses riscos e os incômodos como: você será informado previamente que a entrevista vai levar um tempo para ser realizada, na tentativa de evitar cansaço e tensão, você não será exposto nas divulgações relacionadas aos dados desta pesquisa, será garantido o anonimato, ou seja, todos os cuidados serão tomados com a divulgação dos dados seja de forma anônima e confidencial conforme o TCLE. É importante explicar que a participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resoluções 411/12 e a 510/16 do Conselho Nacional de saúde.

Quanto aos benefícios, a realização desta pesquisa beneficiará não só a comunidade científica, como também contribuirá para a sociedade, já que é um estudo realizado a partir da realidade da Comunidade Quilombola e a finalidade é contribuir para a construção de uma educação mais significativa e de qualidade.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

É importante novamente reforçar que esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Edilene Barbosa Santos e Professora Viviane Guidotti Machado

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Endereço Profissional: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares- Cajazeiras-PB

Horário disponível: Das 8h às 17h.

Telefone: (83) 3532-2000

E-mail: edsantos19@gmail.com e viviane.guidotti@professor.ufcg.edu.br

Pombal, ___ de _____ de 2023.

Assinatura ou impressão datiloscópica do
voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável pelo
estudo

APÊNDICE – B: ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Data __/__/__ N° da entrevista: _____

Nome: _____ Idade: _____

Gênero: _____ Autodeclaração racial: _____

Curso: _____

Instituição: _____

Ano de ingresso: ____ Período: ____

Qual foi sua forma de ingresso no Ensino Superior: () sistema de cotas () ampla concorrência
() Outro: _____

Qual é a maior escolaridade da sua mãe (ou mulher responsável por você)?

Qual é a maior escolaridade de seu pai (ou homem responsável por você)?

Com que idade você entrou na escola (educação básica)?

Você trabalha fora? Caso a resposta seja sim, em que?

Memórias Quilombolas: Do Quilombo ao Ensino Superior

1. Como você descreveria a sua história de vida no Quilombo?
2. Qual a representação do Quilombo na sua vida?
 - Relate qual foi o marco da sua vida que fez você assumir o seu pertencimento étnico, enquanto remanescente de uma comunidade quilombola.
 - Tratando-se das suas experiências em seu contexto social de origem, enquanto remanescente de uma comunidade quilombola, como isso tem influenciado na sua vida acadêmica.
3. Destaque alguns dos fatores que influenciaram na sua decisão de ingressar no Ensino Superior.
4. Como foi a escolha do Curso de Graduação?
5. Ano em que você ingressou na Universidade?
6. Que semestre você está cursando?
7. Como se deu o processo de ingresso na Graduação?
8. Quais foram/são dificuldades vivenciadas durante a trajetória na Graduação?

9. De que forma, o Ensino Superior contribuiu no seu processo de pertencimento identitário?
10. A Universidade e seu Curso de Graduação dialogam com os saberes da população negra/quilombola?
11. As atividades culturais desenvolvidas por sua comunidade têm algum vínculo com a Universidade?
12. Alguma vez você trancou seu Curso de Graduação ou alguma disciplina do seu Curso?
13. Existem ações específicas para estudantes quilombolas?
 - E quais as ações universitárias que favorecem a sua permanência no Curso de Graduação?
14. Descreva a sua experiência vivida dentro da Universidade e a relevância para sua vida pessoal e acadêmica.
15. No ambiente universitário você já sofreu e/ou vivenciou alguma situação de discriminação racial ou social?